

Edição em
língua portuguesa

Comunicações e Informações

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	<i>I Comunicações</i>	
	Comissão	
2004/C 87/01	Taxas de câmbio do euro	1
2004/C 87/02	Procedimento de informação — Regras técnicas ⁽¹⁾	2
2004/C 87/03	Auxílios estatais — Alemanha — Auxílio C 4/04 (ex N 55/03) — Auxílio ambiental a favor da Wagner GmbH — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾	5
2004/C 87/04	Auxílios estatais — Grécia — Auxílio C 9/04 (ex NN 20/04) — Redução do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas para investimentos superiores a 30 milhões de euros — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾	10
2004/C 87/05	Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 70/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas ⁽¹⁾	13
2004/C 87/06	Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 68/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios à formação ⁽¹⁾	16
2004/C 87/07	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.3376 — Dillinger Hüttenwerke/Saarstahl/Cokerie de Carling) ⁽¹⁾	17
2004/C 87/08	Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.3382 — Iberia/Cobra Instalaciones/Serpista JV) ⁽¹⁾	18
2004/C 87/09	Autoridades nacionais competentes em matéria de produtos cosméticos ⁽¹⁾	19
2004/C 87/10	Autoridades nacionais competentes em matéria de produtos cosméticos ⁽¹⁾	32

<u>Número de informação</u>	Índice (<i>continuação</i>)	Página
	Banco Central Europeu	
2004/C 87/11	Parecer do Conselho do Banco Central Europeu de 1 de Abril de 2004 sobre uma recomendação do Conselho da União Europeia relativa à nomeação de um membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu (CON/2004/11).....	37
	II <i>Actos preparatórios</i>	
		
	III <i>Informações</i>	
	Comissão	
2004/C 87/12	Anúncio de convite à apresentação de propostas — EuropeAid/119372/C/G/IR — Promoção da democracia e dos direitos humanos no Irão	38

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾

6 de Abril de 2004

(2004/C 87/01)

1 euro =

Moeda			Taxas de câmbio	Moeda			Taxas de câmbio
USD	dólar americano		1,209	LVL	lats		0,6512
JPY	iene		128,24	MTL	lira maltesa		0,4245
DKK	coroa dinamarquesa		7,4463	PLN	zloti		4,7194
GBP	libra esterlina		0,6582	ROL	leu		40 922
SEK	coroa sueca		9,2018	SIT	tolar		238,52
CHF	franco suíço		1,5657	SKK	coroa eslovaca		40,2
ISK	coroa islandesa		87,61	TRL	lira turca		1 586 279
NOK	coroa norueguesa		8,375	AUD	dólar australiano		1,5931
BGN	lev		1,946	CAD	dólar canadiano		1,5791
CYP	libra cipriota		0,5862	HKD	dólar de Hong Kong		9,4238
CZK	coroa checa		32,669	NZD	dólar neozelandês		1,8446
EEK	coroa estoniana		15,6466	SGD	dólar de Singapura		2,0324
HUF	forint		247,68	KRW	won sul-coreano		1 390,53
LTL	litas		3,4527	ZAR	rand		7,816

⁽¹⁾ Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

Procedimento de informação — Regras técnicas

(2004/C 87/02)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Directiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação (JO L 204 de 21.7.1998, p. 37; JO L 217 de 5.8.1998, p. 20).

Notificações de projectos nacionais de regras técnicas recebidas pela Comissão

Referência ⁽¹⁾	Título	Fim do prazo de três meses do <i>status quo</i> ⁽²⁾
2004/84/DK	A presente notificação compreende a alteração de dois regulamentos diferentes: 1. Projecto de alteração do Regulamento relativo às especificações técnicas aplicáveis aos veículos automóveis, de 2004; 2. Projecto de alteração relativo aos requisitos específicos aplicáveis aos veículos pesados de passageiros	21.6.2004
2004/85/NL	Regulamento que altera determinados requisitos relativos à utilização de materiais de construção à superfície ou no solo, com base na Decisão relativa aos materiais de construção no âmbito da protecção do solo e das águas superficiais (Regulamento temporário de isenção da Decisão relativa aos materiais de construção, de 2004)	21.6.2004
2004/86/S	Projecto de disposições administrativas sobre a utilização de tractores agrícolas e florestais	24.6.2004
2004/87/NL	Proposta de lei do deputado M. Vos que contém a segunda alteração da Proposta de lei do deputado M. Vos para alteração da Lei da Gestão do Ambiente (madeiras produzidas por métodos sustentáveis), conforme alterada pelo memorando de alteração (Textos parlamentares II, ano parlamentar de 2002-2003, 28 631, n.º 8)	24.6.2004

⁽¹⁾ Ano — Número de registo — Estado-Membro.

⁽²⁾ Período durante o qual o projecto não pode ser adoptado.

⁽³⁾ Não há *status quo* devido à aceitação, pela Comissão, da fundamentação da urgência invocada pelo Estado-Membro autor.

⁽⁴⁾ Não há *status quo*, porque se trata de especificações técnicas ou outras exigências ou regras dos serviços ligadas a medidas fiscais ou financeiras, na acepção do ponto 11, terceiro travessão do segundo parágrafo, do artigo 1.º da Directiva 98/34/CE.

⁽⁵⁾ Encerramento do procedimento de informação.

A Comissão chama a atenção para o acórdão «CIA Security», proferido em 30 de Abril de 1996 no processo C-194/94 (Col. 1996, p. I-2201), nos termos do qual o Tribunal de Justiça considera que os artigos 8.º e 9.º da Directiva 98/34/CE (então 83/189/CEE) devem ser interpretados no sentido de os particulares poderem invocá-los junto do juiz nacional, ao qual compete recusar a aplicação de uma norma técnica nacional que não tenha sido notificada nos termos da directiva.

Este acórdão confirma a comunicação da Comissão de 1 de Outubro de 1986 (JO C 245 de 1.10.1986, p. 4).

Assim, o desconhecimento da obrigação de notificação implica a inaplicabilidade das normas técnicas em causa, tornando-as inaplicáveis aos particulares.

Para obter mais informações sobre o procedimento de notificação contactar:

Comissão Europeia

DG Empresas, Unidade F1

B-1049 Bruxelas

E-mail: Dir83-189-Central@cec.eu.int

Consultar também o *website*: <http://europa.eu.int/comm/enterprise/tris/>

Para eventuais informações sobre estas notificações dirigir-se aos serviços nacionais cuja lista figura a seguir:

LISTA DE DEPARTAMENTOS NACIONAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DA DIRECTIVA 98/34/CE

BÉLGICA

BELNotif

Qualité et Sécurité

SPF Economie, PME, Classes moyennes et Énergie

NG III – 4^e étage

Boulevard du Roi Albert II, 16

B-1000 Bruxelles

Site: <http://www.mineco.fgov.be>

Ms P. Descamps

Tel. (32-2) 206 46 89

Fax (32-2) 206 57 46

E-mail: belnotif@mineco.fgov.be**DINAMARCA***Erhvervs- og Boligstyrelsen*

Dahlerups Pakhus

Langelinie Allé 17

DK-2100 København Ø

Site: <http://www.ebst.dk>

Ms Laila Østergren

Tel. (45) 35 46 66 89 (directo)

Fax (45) 35 46 62 03

E-mail: Ms Laila Østergren: loe@ebst.dkMrs Birgitte Spühler Hansen: bsh@ebst.dkCaixa de correio comum para mensagens de notificação:
noti@ebst.dk**ALEMANHA***Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit*

Referat XA2

Scharnhorststraße 34—37

D-10115 Berlin

Site: <http://www.bmwa.bund.de>

Ms Christina Jäckel

Tel. (49) 30 20 14 63 53

Fax (49) 30 20 14 53 79

E-mail: infonorm@bmwa.bund.de**GRÉCIA***Ministry of Development**General Secretariat of Industry*

Michalacopoulou 80

GR-115 28 Athens

Tel. (30-210) 778 17 31

Fax (30-210) 779 88 90

ELOT

Acharnon 313

GR-111 45 Athens

Mr E. Melagrakis

Tel. (30-210) 212 03 00

Fax (30-210) 228 62 19

E-mail: 83189in@elot.gr**ESPANHA***Ministerio de Asuntos Exteriores**Secretaría de Estado de Asuntos Europeos**Dirección General de Coordinación del Mercado Interior y otras**Políticas Comunitarias**Subdirección General de Asuntos Industriales, Energéticos, de Transportes y**Comunicaciones y de Medio Ambiente*Padilla, 46, Planta 2^a, Despacho: 6276

E-28006 Madrid

Ms Esther Pérez Peláez

Tel. (34) 913 79 84 64

Fax (34) 913 79 84 01

E-mail: d83-189@ue.mae.es**FRANÇA***Direction générale de l'industrie, des technologies de l'information et des postes (DiGITIP)**Service des politiques d'innovation et de compétitivité (SPIC)**Sous-direction de la normalisation, de la qualité et de la propriété industrielle (SQUALPI)*

DiGITIP 5

12, rue Villiot

F-75572 Paris Cedex 12

Ms Suzanne Piau

Tel. (33) 153 44 97 04

Fax (33) 153 44 98 88

E-mail: suzanne.piau@industrie.gouv.fr

Ms Françoise Ouvrard

Tel. (33) 153 44 97 05

Fax (33) 153 44 98 88

E-mail: francoise.ouvrard@industrie.gouv.fr**IRLANDA**

NSAI

Glasnevin

Dublin 9

Ireland

Mr Tony Losty

Tel. (353-1) 807 38 80

Fax (353-1) 807 38 38

E-mail: lostyt@nsai.ie**ITÁLIA***Ministero delle Attività produttive**Direzione generale per lo Sviluppo produttivo e la competitività**Ispettorato tecnico dell'industria — Ufficio F1*

Via Molise 2

I-00187 Roma

Site: <http://www.minindustria.it>

Mr V. Correggia

Tel. (39) 06 47 05 22 05

Fax (39) 06 47 88 78 05

E-mail: vincenzo.correggia@minindustria.it

Mr E. Castiglioni

Tel. (39) 06 47 05 26 69

Fax (39) 06 47 88 77 48

E-mail: enrico.castiglioni@minindustria.it**LUXEMBURGO***SEE — Service de l'Énergie de l'État*

34, avenue de la Porte-Neuve

BP 10

L-2010 Luxembourg

Mr J. P. Hoffmann

Tel. (352) 469 74 61

Fax (352) 22 25 24

E-mail: see.direction@eg.etat.lu

PAÍSES BAIXOS

Ministerie van Financiën
Belastingdienst/Douane Noord
Team bijzondere klantbehandeling
Centrale Dienst voor In- en uitvoer
Engelse Kamp 2
Postbus 30003
9700 RD Groningen
Nederland

Mr Ebel Van der Heide
Tel. (31-50) 523 21 34

Ms Hennie Boekema
Tel. (31-50) 523 21 35

Ms Tineke Elzer
Tel. (31-50) 523 21 33

Fax (31-50) 523 21 59

E-mail geral: Enquiry.Point@tiscali-business.nl
Enquiry.Point2@tiscali-business.nl

ÁUSTRIA

Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit
Abteilung C2/1
Stubenring 1
A-1010 Wien

Site: <http://www.bmwa.gv.at>

Ms Brigitte Wikgolm
Tel. (43-1) 711 00 58 96
Fax (43-1) 715 96 51 ou (43-1) 712 06 80
E-mail: post@tbt.bmwa.gv.at

PORTUGAL

Instituto Português da Qualidade
Rua António Gião, 2
P-2829-513 Caparica

Site: <http://www.ipq.pt>

Miranda Ondina
Tel. (351) 21 294 82 36 ou (351) 21 294 81 00
Fax (351) 21 294 82 23
E-mail: MOndina@mail.ipq.pt
E-mail geral: dir83189@mail.ipq.pt

FINLÂNDIA

Kauppa- ja teollisuusministeriö
Endereço para visitantes: Aleksanterinkatu 4
FIN-00171 Helsink
e
Katakatu 3
FIN-00120 Helsink

Endereço para o correio:
PO Box 32
FIN-00023 Valtioneuvosto

Site: <http://www.ktm.fi>

Ms Heli Malinen
Tel. (358-9) 16 06 36 27
Fax (358-9) 16 06 46 22
E-mail: heli.malinen@ktm.fi

Mr Katri Amper

E-mail geral: maaraykset.tekniset@ktm.fi

SUÉCIA

Kommerskollegium (National Board of Trade)
Box 6803
Drottningatan 89
S-113 86 Stockholm

Site: <http://www.kommers.se>

Ms Kerstin Carlsson
Tel. (46-8) 690 48 82 ou (46-8) 690 48 00
Fax (46-8) 690 48 40 ou (46-8) 30 67 59
E-mail: kerstin.carlsson@kommers.se
E-mail geral: 9834@kommers.se

REINO UNIDO

Department of Trade and Industry
Standards and Technical Regulations Directorate 2
Bay 327
151 Buckingham Palace Road
London SW1 W 9SS
United Kingdom

Site: <http://www.dti.gov.uk/strd>

Mr Philip Plumb
Tel. (44) 207 215 15 64 ou (44) 207 215 14 88
Fax (44) 207 215 15 29
E-mail: philip.plumb@dti.gsi.gov.uk
E-mail geral: 98-34@dti.gov.uk

Orgão de Fiscalização da EFTA

EFTA Surveillance Authority
Rue de Trêves/Trierstraat 74
B-1040 Bruxelles
Site: <http://www.eftasurv.int>

Mr Gunnar Thor Petursson
Tel. (32-2) 286 18 71
Fax (32-2) 286 18 00
E-mail: DRAFTTECHREGESA@eftasurv.int

EFTA
Goods Unit
EFTA Secretariat
Rue de Trêves/Trierstraat 74
B-1040 Bruxelles

Site: <http://www.efta.int>

Ms Kathleen Byrne
Tel. (32-2) 286 17 34
Fax (32-2) 286 17 42
E-mail: DRAFTTECHREGGEFTA@efta.int
kathleen.byrne@efta.int

TURQUIA

Undersecretariat of Foreign Trade
General Directorate of Standardisation for Foreign Trade
Inönü Bulvarı — Emek — Ankara

Site: <http://www.dtm.gov.tr>

Mr Saadettin Doğan
Tel. (90-312) 212 88 00 ou (90-312) 212 20 44
(90-312) 212 88 00 ou (90-312) 212 25 65
Fax (90-312) 212 87 68
E-mail: dtsabbil@dtm.gov.tr

AUXÍLIOS ESTATAIS — ALEMANHA**Auxílio C 4/04 (ex N 55/03) — Auxílio ambiental a favor da Wagner GmbH****Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(2004/C 87/03)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 18 de Fevereiro de 2004, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Alemanha a sua decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Registo dos Auxílios Estatais
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 12 42.

Estas observações serão comunicadas à Alemanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

TEXTO DO RESUMO**Procedimento**

Em 30 de Janeiro de 2003, a Alemanha notificou a sua intenção de conceder um auxílio a favor da Wagner. As autoridades alemãs transmitiram informações complementares em 7 e 14 de Fevereiro de 2003. Em 27 de Fevereiro de 2003, a Comissão solicitou mais informações complementares que a Alemanha enviou em 7 de Abril de 2003.

Em 6 de Junho de 2003, foram solicitadas mais informações complementares que a Alemanha transmitiu em 28 de Julho de 2003. A Comissão solicitou informações complementares por carta de 9 de Setembro de 2003 e em 20 de Outubro de 2003 realizou-se uma reunião em que participou a Alemanha. A Alemanha enviou ainda informações adicionais em 30 de Outubro de 2003. A Comissão apresentou questões suplementares em 10 de Dezembro de 2003, às quais a Alemanha respondeu em 23 de Dezembro de 2003.

Descrição

A Wagner é um produtor de produtos ultracongelados e emprega cerca de 1 000 pessoas em Nonnweiler, Sarre. O auxílio ambiental ascende a 450 000 euros, o que corresponde a 30 % dos custos de investimento totais de 1 500 000 euros. O auxílio destina-se a um projecto de investimento que tem em vista reduzir as substâncias nocivas das águas residuais descarregadas no rio Prims.

Actualmente, a Wagner está autorizada a descarregar, sem qualquer limite temporal ou quantitativo, as suas águas residuais no sistema colector urbano de águas residuais em con-

junto com as águas residuais domésticas de cerca de 8 000 habitantes. Dado que a Wagner não procede a qualquer tratamento prévio das águas, a estação de tratamento de águas residuais local está sobrecarregada devido às águas provenientes da Wagner e, por conseguinte, não está em condições de cumprir os requisitos estabelecidos na Directiva 91/271/CEE do Conselho relativa ao tratamento de águas residuais urbanas.

A Wagner tenciona construir a sua própria estação de tratamento de águas residuais, o que lhe permitiria descarregar as suas águas residuais directamente no rio Prims em vez de serem tratadas na estação de tratamento urbana. Segundo a Alemanha, com base nas normas nacionais e comunitárias, o projecto permitirá uma redução de aproximadamente 20 % das substâncias nocivas. Segundo a Alemanha, a Wagner não é obrigada a fazer este investimento.

Apreciação

A subvenção de 450 000 euros a conceder pelo Estado tem de ser considerada um auxílio estatal na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE. O auxílio deve ser apreciado com base no n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE e com o Enquadramento comunitário dos auxílios estatais a favor do ambiente. Ao abrigo deste Enquadramento comunitário, os auxílios ao investimento podem ser concedidos a uma empresa se o projecto de investimento permitir exceder as normas comunitárias ambientais obrigatórias. Os custos elegíveis para o auxílio a favor do ambiente são os custos considerados estritamente necessários para satisfazer os objectivos de carácter ambiental que excedam as normas obrigatórias; a intensidade máxima do auxílio é de 30 % brutos dos custos de investimento elegíveis.

Segundo a Alemanha, o projecto conduzirá à redução de substâncias poluentes nas águas residuais para níveis inferiores aos requeridos na Directiva 91/271/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1991, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas e no regulamento alemão sobre as águas residuais de 15 de Outubro de 2002. A Alemanha defende ainda que, ao abrigo do ponto 29 do Enquadramento comunitário dos auxílios estatais a favor do ambiente, o investimento é elegível para auxílio se a intensidade máxima do auxílio não exceder 30 % brutos.

Actualmente, a Wagner tem uma autorização ilimitada para descarregar as suas águas residuais no sistema colector local de águas residuais sem qualquer tratamento prévio, o que leva a que a estação de tratamento de águas residuais esteja completamente sobrecarregada e que os requisitos da Directiva 91/271/CEE do Conselho não sejam cumpridos. Por conseguinte, afigura-se que o projecto de investimento proposto pela Wagner de construir uma instalação de tratamento independente só fará com que o tratamento das águas respeite os requisitos estabelecidos na Directiva 91/271/CEE do Conselho e noutra legislação pertinente, nomeadamente a Directiva 76/464/CEE do Conselho relativa à poluição causada por determinadas substâncias perigosas lançadas no meio aquático da Comunidade. Uma vez que os custos elegíveis se limitam estritamente aos custos de investimento adicionais para cumprir os objectivos ambientais que excedam os requisitos e normas obrigatórios, os custos do investimento previsto devem comparar-se aos custos de uma solução técnica que respeite tais requisitos e normas.

Se a solução técnica implicar investimentos por parte da Wagner, os custos elegíveis só podem representar a diferença entre os custos do investimento previsto e um investimento de referência que cumpra os requisitos da Directiva 91/271/CEE do Conselho.

A Alemanha não especificou os custos adicionais que permitem exceder as normas obrigatórias, mas a maior parte dos custos de investimento parece necessária para adaptar as descargas às normas ambientais actualmente aplicáveis. A Comissão carece de provas que comprovem que o investimento permitirá exceder as normas ambientais obrigatórias e tem assim dúvidas de que o montante do auxílio proposto (450 000 euros) respeite o limite da intensidade de auxílio de 30 % dos custos elegíveis ao abrigo do Enquadramento comunitário dos auxílios estatais a favor do ambiente.

Conclusões

Tendo em conta o que precede, a Comissão tem dúvidas quanto à compatibilidade da medida com o Enquadramento comunitário dos auxílios estatais a favor do ambiente.

CARTA

«Die Kommission hat nach einer Prüfung der von Ihren Behörden zu der vorstehend erwähnten Beihilfemaßnahme erteilten Informationen beschlossen, ein Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EGV in dieser Sache zu eröffnen.

1. VERFAHREN

- (1) Mit dem am 30. Januar 2003 eingetragenen Schreiben vom 15. Januar 2003 hat Deutschland der Kommission ihre Absicht gemeldet, eine Beihilfe dem Unternehmen Wagner zu gewähren. Zusätzliche Informationen wurden mit den am jeweils selben Tage eingetragenen Schreiben vom 7. und 14. Februar 2003 unterbreitet. Ein Ersuchen der Kommission um zusätzliche Auskünfte vom 27. Februar 2003 wurde von Deutschland mit dem am 27. März eingetragenen Schreiben vom 26. März 2003 und dem am 7. April eingetragenen Schreiben vom 2. April 2003 vorgelegt.
- (2) Zusätzliche Auskünfte wurden am 6. Juni 2003 angefordert, die von Deutschland mit dem am selben Tag eingetragenen Schreiben vom 28. Juli 2003 erteilt wurden. Hierauf folgte ein weiteres Auskunftersuchen der Kommission mit Schreiben vom 9. September 2003 und eine Zusammenkunft mit Deutschland am 20. Oktober 2003. Deutschland übersandte weitere Auskünfte mit dem an demselben Tag eingetragenen Schreiben vom 30. Oktober 2003. Die Kommission stellte am 10. Dezember 2003 zusätzliche Fragen, die von Deutschland mit dem am 23. Dezember 2003 eingetragenen Schreiben vom 22. Dezember 2003 beantwortet wurden.

2. ALLGEMEINES

2.1 Der Begünstigte

- (3) Begünstigte der Beihilfe ist die Wagner GmbH („Wagner“) in Nonnweiler (Saarland). Das Unternehmen stellt mit rd. 1 000 Beschäftigten in Nonnweiler Tiefkühlprodukte her.
- (4) Nonnweiler liegt nicht in einem Fördergebiet nach Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) bzw. c) EGV.

2.2 Das Vorhaben

- (5) Mit dem Vorhaben soll die Verschmutzung der Prims, die als Fluss mit Wasserressourcen zweiter Ordnung eingestuft ist, spürbar verringert werden. Die Prims fließt durch den Naturpark Saar-Hunsrück und füllt eine Talsperre im nördlichen Saarland. Sie ist in ihrem Oberlauf verschmutzt und wurde nach dem saprobischen Einstufungssystem in die Qualitätsklasse II—III — kritisch verschmutzt — eingeteilt ⁽¹⁾.
- (6) Gegenwärtig darf Wagner ohne zeitliche oder mengenmäßige Begrenzung sein Abwasser in die Abwasseranlage der Gemeinde gemeinsam mit den Haushaltsabwässern der rund 8 000 Einwohner von Nonnweiler einleiten. Eine Vorbehandlung der Abwässer von Wagner findet nicht statt. Da die Abwasseranlage der Gemeinde für lediglich 8 000 Einwohner ausgelegt ist und die Schmutzfracht von Wagner der von weiteren rund 8 000 Einwohnern entspricht, ist die Anlage vollständig überlastet und kann deshalb nicht die Anforderungen der Richtlinie 91/271/EWG ⁽²⁾ und des Anhangs 1 der deutschen Ab-

⁽¹⁾ Ein auf dem Wechselverhältnis zwischen der Wasserverschmutzung und der Zunahme bestimmter Organismen im Wasser beruhendes System zur Bewertung fließender Gewässer.

⁽²⁾ Richtlinie des Rates vom 21. Mai 1991 über die Behandlung von kommunalem Abwasser (91/271/EWG) (ABl. L 135 vom 30.5.1991, S. 40).

wasserverordnung ⁽³⁾ zur Umsetzung dieser Richtlinie erfüllen.

- (7) Wagner beabsichtigt eine eigene Behandlungsanlage zu errichten, mit der es sein Abwasser direkt in die Prims einleiten könnte, ohne das dieses von der Abwasseranlage der Gemeinde gesammelt und behandelt werden muss. In diesem Fall werden die deutschen Behörden gewährleisten müssen, dass das Unternehmen Wagner die Wasserqualitätsanforderungen der Ratsrichtlinie 91/271/EWG und der Richtlinie 76/464/EWG ⁽⁴⁾ erfüllt.
- (8) Die Investitionskosten des Vorhabens belaufen sich auf 1,5 Mio. EUR. Sie umfassen den Bau einer Behandlungsanlage, die vorzugsweise anaerobische Abwasserbehandlung einschließt.
- (9) Deutschland zufolge sind weder deutsche noch gemeinschaftliche Normen für die Abwassereinleitung von Wagner vor und nach der Investition anwendbar. Wagner sei nicht verpflichtet, seine eigene Behandlungsanlage zu bauen, da es die Erlaubnis habe, sein Abwasser in die kommunale Behandlungsanlage ohne zeitliche oder mengenmäßige Begrenzung zuzuleiten.

2.3 Die Beihilfe

- (10) Die Beihilfe soll in Form eines nicht rückzahlbaren Zuschusses für Investitionen in den Bau einer neuen firmeneigenen Abwasserbehandlungsanlage gewährt werden. Die Beihilfe hat eine Höhe von 450 000 EUR entsprechend 30 % der Investitionskosten von 1,5 Mio. EUR. Eine Kumulierung mit anderen Beihilfen ist nicht zulässig. Die Beihilfe wurde bisher noch nicht gewährt.

3. BEWERTUNG

3.1 Verfahren

- (11) Mit der vorherigen Anmeldung dieser Maßnahme sind die deutschen Behörden ihrer Verpflichtung nach Artikel 88 Absatz 3 EGV nachgekommen.

3.2 Staatliche Beihilfe im Sinne von Artikel 87 Absatz 1 EGV

- (12) Gemäß Artikel 87 Absatz 1 sind soweit nicht anders bestimmt staatliche Beihilfen, die durch die Begünstigung bestimmter Unternehmen oder Produktionszweige den Wettbewerb verfälschen oder zu verfälschen drohen, mit dem Gemeinsamen Markt unvereinbar, soweit sie den Handel zwischen Mitgliedstaaten beeinträchtigen.
- (13) Die Gewährung von 450 000 EUR Beihilfe aus öffentlichen Mitteln ist als staatliche Beihilfe im Sinne dieses Artikels anzusehen. Sie verleiht dem Unternehmen Wagner einen Vorteil, weil es ohne die Beihilfe die gesamten Kosten der Investition selbst würde tragen müssen. Da Wettbewerb und Handel mit Tiefkühlprodukten herrscht, drohen finanzielle Vorteile zugunsten dieses Unternehmens den Wettbewerb zu verfälschen und den Handel zwischen Mitgliedstaaten zu beeinträchtigen.

⁽³⁾ Vom 15. Oktober 2002.

⁽⁴⁾ Richtlinie des Rates vom 4. Mai 1976 betreffend die Verschmutzung infolge der Ableitung bestimmter gefährlicher Stoffe in die Gewässer der Gemeinschaft.

3.3 Vereinbarkeit nach Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe c) EGV

- (14) Die geplante Maßnahme war einzeln anzumelden, ihre Vereinbarkeit ist gemäß Artikel 87 EGV zu bewerten.
- (15) Die Ausnahmebestimmungen von Artikel 87 Absätze 2 und 3 Buchstaben a), b) und c) (betreffend den Regionalaspekt) und d) sind aus folgenden Gründen nicht anwendbar:
- (16) Es handelt sich weder um Beihilfen sozialer Art an einzelne Verbraucher, noch um Beihilfen zur Beseitigung von Schäden, die durch Naturkatastrophen entstanden sind, noch um Beihilfen für die Wirtschaft bestimmter, durch die Teilung Deutschlands betroffener Gebiete (Artikel 87 Absatz 2 EGV). Die Ausnahmebestimmungen in Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) EGV gelten in diesem Falle nicht, weil die Beihilfe nicht zur Förderung der wirtschaftlichen Entwicklung von Gebieten mit außergewöhnlich niedriger Lebenshaltung oder einer erheblichen Unterbeschäftigung bestimmt ist. Hinsichtlich der Ausnahmebestimmungen von Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe b) ist die Kommission der Auffassung, dass die Beihilfe nicht zur Förderung eines wichtigen Vorhabens von gemeinsamem europäischen Interesse oder zur Behebung einer beträchtlichen Störung im Wirtschaftsleben eines Mitgliedstaates bestimmt ist. Auch die Ausnahmebestimmung von Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe c) EGV wird nicht wirksam, da das Unternehmen nicht in einem Fördergebiet angesiedelt ist und die Beihilfe auch nicht der Förderung der Kultur und der Erhaltung des kulturellen Erbes gemäß Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe d) EGV dient.
- (17) Hinsichtlich des ersten Teiles von Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe c) EGV betreffend Beihilfen zur Förderung der Entwicklung bestimmter Wirtschaftstätigkeiten stützte sich die Bewertung auf das Vorbringen, dass mit der Beihilfe ein Umweltschutzziel verfolgt werde.
- (18) Für ihre Bewertung von Umweltschutzbeihilfen hat die Kommission besondere Leitlinien herausgegeben, den Gemeinschaftsrahmen für staatliche Umweltschutzbeihilfen ⁽⁵⁾ (nachstehend „Gemeinschaftsrahmen“). Die Kommission ist der Auffassung, dass keine andere der gemeinschaftlichen Leitlinien z. B. für Forschung und Entwicklung, Rettung und Umstrukturierung von Unternehmen in Schwierigkeiten, kleine und mittlere Unternehmen oder Beschäftigung und Ausbildung anwendbar sind.
- (19) Gemäß Ziffer 29 des Gemeinschaftsrahmens können Investitionsbeihilfen, die Unternehmen in die Lage versetzen, die geltenden gemeinschaftlichen Normen zu übertreffen, in Höhe von bis zu 30 % der förderbaren Investitionskosten gemäß der Definition in Randnummer (37) des Gemeinschaftsrahmens genehmigt werden. Demnach müssen die für Umweltschutzbeihilfen förderfähigen Kos-

⁽⁵⁾ ABl. C 37 vom 3.2.2001, S. 3.

ten streng auf die zusätzlichen Investitionskosten beschränkt sein, um über die geltenden Normen hinausgehende Umweltschutzziele zu verwirklichen.

- (20) Gemäß der Richtlinie 91/271/EWG unterliegen die Ableitungen von Unternehmen wie Wagner einer von zwei Rechtsvorschriften, je nach dem, ob sie in das örtliche Abwassersammlungssystem eingeleitet werden (Artikel 11 der Richtlinie) oder über eine eigene Behandlungsanlage direkt in die aufnehmenden Gewässer gelangen (Artikel 13).
- (21) Artikel 11 der Richtlinie 91/271/EWG schreibt für Abwassereinleitungen von Unternehmen in die örtlichen Abwassersammlungssysteme den Mitgliedstaaten vor, für die Einleitungen industrieller Abwässer in kommunale Sammlungssysteme und Behandlungsanlagen vor dem 31. Dezember 1993 Bestimmungen und/oder Einzelzulassungen vorzusehen, um die Anforderung gemäß Anhang I C der Richtlinie zu erfüllen. Zu diesen Erfordernissen zählt die vorherige Behandlung der Abwässer, um zu gewährleisten, dass der Betrieb der Behandlungsanlagen nicht behindert wird und dass deren Ableitungen die Umwelt nicht beeinträchtigen.
- (22) Diese Anforderungen werden im Falle Wagner offenbar nicht erfüllt, da es von der Gemeinde die Erlaubnis hat, seine Abwässer in die Anlage der Gemeinde ohne zeitliche oder mengenmäßige Begrenzung einzuleiten. Außerdem wird keine Vorbehandlung der Abwässer vorgenommen. Weil die Abwasserbehandlungsanlage der Gemeinde nur für 8 000 Einwohner ausgelegt ist, ist sie mit der Schmutzfracht der Einleitungen von Wagner vollständig überlastet.
- (23) Die deutschen Behörden machen geltend, dass es Sache des Staates sei, dieser Lage abzuweichen und weisen darauf hin, dass Wagner die Erlaubnis habe, seine Abwässer ohne zeitliche oder mengenmäßige Begrenzungen in die örtliche Sammelanlage einzuleiten.
- (24) Die Kommission ist jedoch der Auffassung, dass die Mitgliedstaaten und insbesondere die Kommunen die Einhaltung der Anforderungen der Richtlinie 91/271/EWG zwar gewährleisten müssen, dass aber diese Richtlinie auch den einzelnen Unternehmen wie Wagner Verpflichtungen auferlegt. Dieser Ansatz entspricht im Übrigen dem Verursacherprinzip, wonach die Kosten einer Maßnahme zur Beseitigung einer Umweltschädigung vom Verursacher zu tragen sind.
- (25) Grundsätzlich könnte die bestehende Überlastung der kommunalen Abwasserbehandlungsanlage aufgrund der Einleitungen von Wagner auf zweierlei Weise behoben werden, nämlich entweder durch die Erweiterung der bestehenden Anlage oder durch den Bau einer neuen eigenen Behandlungsanlage durch das Unternehmen Wagner. Deutschland behauptet, dass die erste Lösung wegen der hohen Investitionskosten sehr kostenaufwendig sei. Hierzu bemerkt die Kommission an, dass Wagner, im Falle einer Investition zu seinen Gunsten, angemessene Gebühren berechnet werden müssten, die die Investitionskosten berücksichtigen müssen.
- (26) Deutschland hat weiter vorgebracht, dass die zweite der erwähnten Lösungen, nämlich der Bau einer eigenen Abwasserbehandlungsanlage durch das Unternehmen Wagner, damit seine vorbehandelten Abwässer direkt in die

Prims eingeleitet werden könnten, nicht nur eine wirksamere Umweltschutzbehandlung dieser Abwässer, sondern auch die angemessene Zuteilung der entsprechenden Kosten gemäß dem Verursacherprinzip ermöglichen würde. Aus diesem Grund hat Deutschland beschlossen, das vorgesehene Investitionsvorhaben zu fördern.

- (27) Bei der zweiten Lösung, d. h. Bau einer eigenen Behandlungsanlage, müsste das Unternehmen Wagner Artikel 13 der Richtlinie 91/271/EWG erfüllen. Demnach haben die Mitgliedstaaten zu gewährleisten, dass die Einleitung biologisch abbaubarer Abwässer in die empfangenden Gewässer von gewerblichen Einrichtungen, die zu den im Anhang 3 aufgeführten Sektoren gehören und die wenigstens 4 000 Bevölkerungsäquivalenten entsprechen, bestehenden Vorschriften und/oder besonderen Einzelgenehmigungen unterliegt, um die entsprechenden Anforderungen wie z. B. die geltenden Umweltschutznormen der Gemeinschaft zu erfüllen. Außerdem könnten auch andere EU-Umweltschutzvorschriften anwendbar sein. Deutschland hat insbesondere zu gewährleisten, dass gemäß Artikel 7 der Richtlinie 76/464/EWG des Rates die Wagner erteilte Erlaubnis Emissionsnormen vorschreibt, die eine Einhaltung der Wasserqualitätsziele bei Substanzen der Liste II dieser Richtlinie ermöglicht.
- (28) Deutschland ist zwar der Auffassung, dass die Herstellung von Tiefkühlerzeugnissen nicht von Anhang III der Richtlinie 91/271/EWG erfasst wird, räumt jedoch vorsichtshalber ein, dass Wagner dem Sektor der Herstellung von Obst- und Gemüseerzeugnissen in Anhang 5 der deutschen Abwasserverordnung angehören könnte. Die Kommission ist der Auffassung, dass Wagner zumindest einem der Sektoren in Anhang 3 zur Richtlinie 91/271/EWG (die mit der Abwasserverordnung in deutsches Recht umgesetzt wurde) angehört und deshalb die Umweltschutzanforderungen des Artikels 13 dieser Richtlinie erfüllen muss. Alle zusätzlichen Anforderungen der Richtlinie 76/464/EWG müssten auch erfüllt werden.
- (29) Gemäß den ursprünglichen Angaben Deutschlands würde nach erfolgter Investition die Qualität des von Wagner direkt in die Prims eingeleiteten Wassers lediglich der mit der Ratsrichtlinie 91/271/EWG auferlegten Umweltschutznorm entsprechen. Mit Schreiben vom 30. Oktober 2003 teilte Deutschland mit, dass bei einer Neuauslegung der Abwasseranlage Wagner in die Lage versetzt würde, die schädlichen Substanzen um 20 % gegenüber den vorgeschriebenen Werten der deutschen Abwasserverordnung zu verringern:

Bezugsgrößen	Anhang 5 zur deutschen Abwasserverordnung mg/l	Von der vorgesehenen Anlage zu erreichende Werte mg/l
BOD5	25	20
COD	110	90
NH4-N (Ammonium)	10	5
N, Total (Ammonium + Stickstoff + Nitrat)	18	
Phosphor, Insgesamt	2	2

- (30) Gemäß dem Gemeinschaftsrahmen sind die für Umweltschutzbeihilfen förderbaren Kosten streng auf die zusätzlichen Investitionskosten zu beschränken, die erforderlich sind, um Umweltschutzziele zu erfüllen, mit denen die vorgeschriebenen Normen übertroffen werden. Dies bedeutet, dass die Kosten einer technischen Lösung, die lediglich die Einhaltung der Pflichtnormen ermöglicht, von den förderbaren Kosten abzuziehen sind und dass lediglich die Kosten von Investitionen in Umweltschutzmaßnahmen, mit denen die vorgeschriebenen Normen übertroffen werden, für Umweltschutzbeihilfen einer Intensität von bis zu 30 % in Betracht kommen.
- (31) Außerdem sind bei der Berechnung der förderbaren Kosten die aufgrund einer Kapazitätssteigerung anfallenden Gewinne und die Kosteneinsparungen während der ersten fünf Jahre der Investition gegenüber einer technischen Lösung abzuziehen, die mit den bindenden Anforderungen und Normen der Richtlinien 91/271/EWG und 76/474/EWG übereinstimmt.
- (32) Für Deutschland besteht der Gesamtbetrag der Investitionskosten, d. h. 1 500 000 EUR aus förderbaren Kosten, weshalb eine Beihilfe von 450 000 EUR die Beihilfehöchstintensität von 30 % der gemäß dem Gemeinschaftsrahmen zulässigen förderbaren Kosten nicht übertreffen würden.
- (33) Es scheint jedoch, dass mit dem vorgesehenen Investitionsvorhaben der Firma Wagner zum Bau einer eigenen Behandlungsanlage lediglich die Ableitungen des Unternehmens mit den mit der Richtlinie 91/271/EWG vorgeschriebenen Normen und anderen einschlägigen gemeinschaftlichen Rechtsvorschriften wie insbesondere der Richtlinie 76/464/EWG über die Verschmutzung durch gefährliche Stoffe in Einklang bringen würde. Deshalb sind die Kosten der geplanten Investition mit den Kosten einer technischen Lösung zu vergleichen, die den Anforderungen und Normen der Richtlinien 91/271/EWG und 76/474/EWG entspräche.
- (34) Wenn die technische Lösung bedingt, dass Wagner Investitionen tätigt, wären nur die Kosten förderbar, die dem Unterschiedsbetrag zwischen den Kosten für die geplante Investition und einer Referenzinvestition gemäß den Anforderungen der Richtlinien 91/271/EWG und 76/474/EWG entsprechen.
- (35) Deutschland hat nicht angegeben, welche Zusatzkosten ein Übertreffen der bindenden Normen erfordern würde, vielmehr erscheint der Hauptteil der Investitionskosten dieses Vorhabens erforderlich, um die Abwassereinleitungen der Firma Wagner mit den geltenden Umweltnormen

in Einklang zu bringen. Der Kommission fehlen auch Nachweise dafür, dass die Investitionen ein Übertreffen der Umweltpflichtnormen ermöglichen.

- (36) Die Kommission bezweifelt deshalb, dass der vorgesehene Beihilfebetrag von 450 000 EUR unterhalb der höchstzulässigen Beihilfeintensität von 30 % der förderbaren Kosten gemäß dem Gemeinschaftsrahmen liegt.

4. SCHLUSSFOLGERUNG

Unter diesen Voraussetzungen ersucht die Kommission gemäß dem Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EGV die deutschen Behörden, sich zu dieser Beihilfe zu äußern.

Die deutschen Behörden werden ersucht, binnen einem Monat vom Datum des Empfangs dieses Schreibens an sämtliche Unterlagen, Informationen und Angaben vorzulegen, die zur Bewertung der Vereinbarkeit der Beihilfe zugunsten der Firma Wagner erforderlich sind. Dabei sind insbesondere folgende Angaben zu machen:

- Sämtliche Informationen zu der Wagner erteilten Erlaubnis, sich der kommunalen Abwasserbehandlung anzuschließen und seine Abwässer darin einzuleiten;
- die Kosten einer technischen Lösung, mit der die Einhaltung der Anforderungen und Normen der Ratsrichtlinien 91/271/EWG und 76/474/EWG hergestellt würde und
- vollständige Nachweise dafür, dass die von Wagner vorzunehmende Investition die in Randnummer (29) erwähnten Qualitätsziele erfüllt.

Es sei daran erinnert, dass Artikel 88 Absatz 3 EGV aufschiebende Wirkung hat und dass nach Artikel 14 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates alle unrechtmäßig gewährten Beihilfen vom Begünstigten zurückgefordert werden können.

Die Kommission wird sämtliche Interessierten durch eine Veröffentlichung dieses Schreibens und eine Zusammenfassung seines wesentlichen Inhalts im Amtsblatt der Europäischen Union hiervon in Kenntnis setzen. Außerdem wird sie alle Interessierten in den EFTA-Ländern, die das EWR-Abkommen unterzeichnet haben, durch die Veröffentlichung einer Mitteilung im EWR-Teil des Amtsblattes der Europäischen Union, und die EFTA-Überwachungsbehörde durch Übersendung einer Kopie dieses Schreibens ebenfalls hiervon unterrichten. Alle Interessierten werden darin aufgefordert, ihre Bemerkungen binnen einem Monat vom Datum dieser Veröffentlichung an zu unterbreiten.»

AUXÍLIOS ESTATAIS — GRÉCIA**Auxílio C 9/04 (ex NN 20/04) — Redução do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas para investimentos superiores a 30 milhões de euros****Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(2004/C 87/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 3 de Março de 2004, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Grécia a sua decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção «Auxílios Estatais II»
Rue de la Loi/Wetstraat 200
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 95 80

Estas observações serão comunicadas à Grécia. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO**Descrição do auxílio**

A Lei grega n.º 3220/2004 (FEK A 15), relativa a medidas de política social e de desenvolvimento — objectividade do controlo fiscal e outras disposições ⁽¹⁾, faculta às empresas que invistam mais de 30 milhões de euros uma redução da taxa do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas de 35 % (a taxa normal) para 25 %. Esta redução aplicar-se-á durante 10 anos, a partir do ano em que o novo investimento se começa a realizar. A redução aplica-se aos lucros líquidos agregados da empresa, independentemente de estes lucros resultarem ou não do investimento em questão.

Apreciação do auxílio

Esta medida oferece vantagens económicas aos potenciais beneficiários, que ficam exonerados de encargos que os seus orçamentos normalmente teriam de suportar. As empresas normais pagam o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas com uma taxa de 35 %, enquanto as empresas que invistam um mínimo de 30 milhões de euros pagarão apenas uma taxa de 25 %. A vantagem económica concedida atinge a diferença de 10 % da taxa de imposto, multiplicada pelos lucros totais dos beneficiários.

Segundo a Comissão, esta vantagem parece preencher as condições relevantes para ser considerada um auxílio, nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE, conforme a Comunicação da Comissão sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas ⁽²⁾.

A vantagem é concedida pelo Estado grego, dado que este abdica de receitas dos impostos. O auxílio aparenta igualmente ser selectivo, pois está limitado às empresas que podem investir 30 milhões de euros ou mais. Além disso, o carácter selectivo da vantagem parece não ser justificado pela natureza do sistema fiscal, de acordo com a jurisprudência relevante ⁽³⁾.

A Comissão sugere que o auxílio poderá distorcer a concorrência e afectar o comércio entre os Estados-Membros. Com efeito, as actividades possivelmente desenvolvidas pelos potenciais beneficiários podem ocorrer em mercados internacionais e podem envolver o comércio ou outros sectores em que a concorrência é intensa.

Por conseguinte, na fase actual do procedimento, a Comissão chegou à conclusão de que as autoridades gregas, ao aplicarem a medida em questão, podem conceder auxílios estatais na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE. Não parecem aplicar-se as derrogações previstas nos n.os 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado CE. Tendo em consideração as suas dúvidas quanto à compatibilidade do auxílio com o Tratado CE, os serviços da Comissão propõem-se iniciar o procedimento de investigação formal previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

⁽¹⁾ Publicada no Jornal Oficial grego em 30 de Janeiro de 2004, tendo entrado em vigor no mesmo dia.

⁽²⁾ Comunicação da Comissão sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas, JO C 384 de 10.12.1998, p. 3.

⁽³⁾ Processo C-143/99, *Adria-Wien Pipeline GmbH e Wietersdorfer & Peggauer Zementwerke GmbH/Finanzlandesdirektion für Kärnten*, Colectânea 2001, p. I-8365.

TEXTO DA CARTA

«Η Επιτροπή επιθυμεί να πληροφορήσει την Ελλάδα ότι, αφού εξέτασε τις πληροφορίες που υπέβαλαν οι αρχές σας σχετικά με το ανωτέρω μέτρο, αποφάσισε να κινήσει τη διαδικασία που προβλέπει το άρθρο 82 παράγραφος 2 της συνθήκης ΕΚ.

ΔΙΑΔΙΚΑΣΙΑ

(1) Με βάση τα στοιχεία που συγκέντρωσε, η Επιτροπή ζήτησε από την Ελλάδα με επιστολή της 22ας Οκτωβρίου 2003 (D/56772), να παράσχει κάθε πληροφορία σχετική με ορισμένα μέτρα που περιέχονται στο σχέδιο νόμου για τα «μέτρα αναπτυξιακής και κοινωνικής πολιτικής — αντικειμενικοποίηση του φορολογικού ελέγχου και άλλες διατάξεις», προκειμένου να διαπιστωθεί αν έχουν ενδεχομένως χαρακτήρα ενίσχυσης κατά την έννοια του άρθρου 87 της συνθήκης ΕΚ. Σύμφωνα με διατάξεις του εν λόγω νομοσχεδίου, οι επιχειρήσεις που πραγματοποιούν μεγάλες επενδύσεις αξίας τουλάχιστον 30 εκατ. ευρώ καταβάλλουν φόρο επί του συνόλου των κερδών τους με χαμηλότερο συντελεστή 25 % αντί του κανονικού 35 %. Η Επιτροπή υπενθύμισε επίσης στην Ελλάδα την υποχρέωσή της να κοινοποιεί στην Επιτροπή κάθε μέτρο που συνιστά ενίσχυση, πριν από την εφαρμογή του, σύμφωνα με το άρθρο 88 παράγραφος 3 της συνθήκης ΕΚ.

(2) Με επιστολή της 27ης Νοεμβρίου 2003 (A/38170), οι ελληνικές αρχές υπέβαλαν ορισμένες από τις πληροφορίες που ζητήθηκαν. Δεδομένου ότι οι σχετικές απαντήσεις ήταν ελλιπείς, η Επιτροπή προέβη σε υπενθύμιση προς την Ελλάδα στις 3 Δεκεμβρίου 2003 (D/57817). Στη συνέχεια, η Επιτροπή έλαβε δύο επιστολές στις 8 Δεκεμβρίου 2003 (A/38600) και στις 21 Ιανουαρίου 2004 (A/30440), με τις οποίες οι ελληνικές αρχές παρείχαν περαιτέρω πληροφορίες. Ωστόσο, οι απαντήσεις των ελληνικών αρχών ήταν πολύ γενικές και ανεπαρκώς τεκμηριωμένες.

(3) Στις 15 Ιανουαρίου 2004 ψηφίστηκε στην Ελλάδα ο νόμος για τα «μέτρα αναπτυξιακής και κοινωνικής πολιτικής — αντικειμενικοποίηση του φορολογικού ελέγχου και άλλες διατάξεις», που τέθηκε σε ισχύ στις 30 Ιανουαρίου 2004, με τη δημοσίευσή του στην ελληνική Εφημερίδα της Κυβερνήσεως αριθ. 3220/2004 (ΦΑΚ Α 15).

ΠΕΡΙΓΡΑΦΗ ΤΟΥ ΜΕΤΡΟΥ

(4) Ο ελληνικός νόμος αριθ. 3220/2004 για τα «μέτρα αναπτυξιακής και κοινωνικής πολιτικής — αντικειμενικοποίηση του φορολογικού ελέγχου και άλλες διατάξεις» (ΦΑΚ Α 15) καθιερώνει, για τις επιχειρήσεις που πραγματοποιούν επενδύσεις αξίας τουλάχιστον 30 εκατομμυρίων ευρώ, μειωμένο συντελεστή φορολογίας επιχειρήσεων 25 % αντί του κανονικού συντελεστή 35 %. Η μείωση θα ισχύει για χρονικό διάστημα 10 ετών, με χρόνο έναρξης το έτος στη διάρκεια του οποίου θα αρχίσει η παραγωγική λειτουργία της επένδυσης και αφορά τα συνολικά καθαρά κέρδη της επιχείρησης ανεξάρτητα αν προέρχονται από τη συγκεκριμένη επένδυση.

(5) Το κίνητρο παρέχεται στις επιχειρήσεις ανεξαρτήτως αν η σχετική επένδυση υπάγεται στις ενισχύσεις του ελληνικού νόμου για την περιφερειακή ανάπτυξη 2601/1998 (στο εξής αναφερόμενος ως νόμος 2601/1998). Ο νόμος 2601/1998 κρίθηκε από την Επιτροπή το 1998 ως συμβατό καθεστώς για τη χορήγηση εθνικών περιφερειακών ενισχύσεων.

(6) Οι ελληνικές αρχές ισχυρίζονται στην απάντησή τους ότι το εν λόγω μέτρο δεν συνιστά κρατική ενίσχυση, αλλά αποτελεί φορολογική ελάφρυνση στο πλαίσιο της γενικότερης αναπτυξιακής πολιτικής.

(7) Επιπλέον, οι ελληνικές αρχές ισχυρίζονται ότι το μέτρο εφαρμόζεται σε όλες τις επιχειρήσεις που είναι εγκατεστημένες στο σύνολο της ελληνικής επικράτειας, χωρίς να γίνεται διαχωρισμός σε ημεδαπούς και αλλοδαπούς επενδυτές ή σε νέες και παλαιές επιχειρήσεις.

ΑΞΙΟΛΟΓΗΣΗ ΤΟΥ ΜΕΤΡΟΥ

Κρατική ενίσχυση κατά την έννοια του άρθρου 87 παράγραφος 1 της συνθήκης ΕΚ

(8) Για να διαπιστώσει κατά πόσον τα μέτρα αποτελούν ενίσχυση κατά την έννοια του άρθρου 87 παράγραφος 1 ΕΚ, η Επιτροπή πρέπει να εξετάσει αν τα μέτρα ευνοούν ορισμένες επιχειρήσεις ή την παραγωγή ορισμένων προϊόντων με την παροχή οικονομικού πλεονεκτήματος που έχει επιλεκτικό χαρακτήρα και συνεπώς νοθεύει ή απειλεί να νοθεύσει τον ανταγωνισμό, αν το πλεονέκτημα χορηγείται μέσω κρατικών πόρων και αν μπορεί να επηρεάσει τις μεταξύ των κρατών μελών συναλλαγές.

Οικονομικό πλεονέκτημα

(9) Το μέτρο παρέχει στους δυνητικούς δικαιούχους οικονομικό πλεονέκτημα, καθόσον τους απαλλάσσει από δαπάνες που κανονικά τους βαρύνουν. Οι επιχειρήσεις φορολογούνται γενικά με συντελεστή 35 %, ενώ για τις επιχειρήσεις που πραγματοποιούν επενδύσεις ύψους τουλάχιστον 30 εκατομμυρίων ευρώ ο συντελεστής φορολογίας μειώνεται σε 25 %. Παρέχεται επομένως οικονομικό πλεονέκτημα που υπολογίζεται πολλαπλασιάζοντας τη διαφορά 10 % μεταξύ των δύο φορολογικών συντελεστών επί το σύνολο των κερδών των δικαιούχων σε χρονικό διάστημα 10 ετών.

Ευνοϊκή μεταχείριση ορισμένων επιχειρήσεων ή ορισμένων οικονομικών δραστηριοτήτων

(10) Μέτρα που αφορούν όλους τους κλάδους ή όλες τις γεωγραφικές περιοχές μπορούν παρόλα αυτά να θεωρηθούν επιλεκτικά, εάν τα κριτήρια επιλεξιμότητας περιορίζουν στην πράξη το δυνητικό αριθμό των αποδεκτών, για παράδειγμα, στις μεγάλες επιχειρήσεις, όπως στην προκειμένη περίπτωση.

(11) Το ανωτέρω πλεονέκτημα ευνοεί ορισμένες μόνον επιχειρήσεις, δεδομένου ότι δεν μπορούν όλες να υπαχθούν στο εν λόγω καθεστώς. Δεν έχουν όλες οι επιχειρήσεις τη δυνατότητα να επωφεληθούν από τη μείωση του φορολογικού συντελεστή, αλλά μόνον επιχειρήσεις ορισμένης οικονομικής ισχύος (εκείνες που είναι σε θέση να επενδύσουν πάνω από 30 εκατομμύρια ευρώ). Επομένως, από το καθεστώς αποκλείονται οι επιχειρήσεις που δεν είναι αρκετά μεγάλες ώστε να πραγματοποιούν επενδύσεις άνω των 30 εκατομμυρίων ευρώ (όπως οι ΜΜΕ). Στην υπόθεση «Territorio Histórico de Álava — Diputación Foral de Álava και λοιποί κατά Επιτροπής»⁽⁴⁾, το Πρωτοδικείο έκρινε ότι αυτά τα μέτρα (εκπτώσεις φόρου για επιχειρήσεις που πραγματοποιούν επενδύσεις ορισμένου ύψους) έχουν ειδικό χαρακτήρα κατά την έννοια του άρθρου 87 παράγραφος 1 ΕΚ.

⁽⁴⁾ Συνεδικασθείσες υποθέσεις T-92/00 και T-103/00, Territorio Histórico de Álava — Diputación Foral de Álava (T-92/00), Ramondín, SA και Ramondín Cápsulas, SA (T-103/00) κατά Επιτροπής Συλλογή 2002, σ. II-1385, σκέψη 49.

Χρήση κρατικών πόρων

- (12) Το κριτήριο των κρατικών πόρων πληρούται εάν το μέτρο μειώνει το φόρο που πρέπει να καταβάλλει κανονικά ο δικαιούχος. Η παροχή φορολογικού πλεονεκτήματος συνεπάγεται απώλεια πόρων για το κράτος, καθόσον το τελευταίο αποστερείται έσοδα. Όπως αναφέρθηκε ήδη, το εν λόγω μέτρο συνεπάγεται τη χρήση κρατικών πόρων, υπό την έννοια της παραίτησης του κράτους από φορολογικά έσοδα, λόγω της εφαρμογής μειωμένου φορολογικού συντελεστή.

Νόθευση του ανταγωνισμού και των συναλλαγών μεταξύ κρατών μελών

- (13) Σύμφωνα με πάγια νομολογία, για να νοθεύει τον ανταγωνισμό ένα μέτρο, αρκεί ο αποδέκτης της ενίσχυσης να ανταγωνίζεται άλλες επιχειρήσεις σε ανοικτές αγορές. Στο παρόν στάδιο, η Επιτροπή θεωρεί ότι το εν λόγω καθεστώς θα έχει επιπτώσεις στον ανταγωνισμό και στις ενδοκοινοτικές συναλλαγές, επειδή το μέτρο απευθύνεται σε επιχειρήσεις με οικονομική ισχύ που τους επιτρέπει να πραγματοποιούν επενδύσεις ύψους 30 εκατομμυρίων ευρώ. Οι επιχειρήσεις αυτές κατά κανόνα δραστηριοποιούνται σε ξένες αγορές, και ιδίως στις αγορές άλλων κρατών μελών. Συνεπώς, τα πλεονεκτήματα που παρέχονται με το υπό εξέταση καθεστώς θα επηρεάσουν τον ανταγωνισμό και τις συναλλαγές μεταξύ των κρατών μελών.

Παράνομος χαρακτήρας της ενίσχυσης

- (14) Δεδομένου ότι οι δικαιούχοι επωφελούνται από το κίνητρο αυτό ανεξάρτητα από την υπαγωγή ή μη της επένδυσης στις ενισχύσεις που προβλέπει ο νόμος 2601/1998, δηλαδή στο συγκεκριμένο καθεστώς περιφερειακών ενισχύσεων, και καθόσον το μέτρο δεν κοινοποιήθηκε ούτε εγκρίθηκε με άλλο τρόπο προτού τεθεί σε ισχύ, η Επιτροπή θεωρεί ότι η ενίσχυση θα ήταν παράνομη κατά την έννοια του άρθρου 1 στοιχείο στ) του κανονισμού αριθ. 659/1999 του Συμβουλίου.

Συμβιβασμο

- (15) Εάν το μέτρο αποτελεί ενίσχυση κατά την έννοια του άρθρου 87 παράγραφος 1 ΕΚ, η Επιτροπή αμφιβάλλει κατά πόσο μια κρατική ενίσχυση σε επιχειρήσεις που επενδύουν πάνω από 30 εκατομμύρια ευρώ συμβιβάζεται με την κοινή αγορά.
- (16) Η ενίσχυση δεν φαίνεται να είναι συμβιβασίμη βάσει του άρθρου 87 παράγραφος 2 ούτε βάσει του άρθρου 87 παράγραφος 3 στοιχεία β) ή δ). Παράλληλα, φαίνεται ότι η ενίσχυση δεν εμπίπτει σε καμία από τις πράξεις που έχει εκδώσει η Επιτροπή βάσει του άρθρου 87 παράγραφος 3 στοιχείο γ).
- (17) Όσον αφορά το συμβιβασμο βάσει του άρθρου 87 παράγραφος 3 στοιχείο α) ⁽⁵⁾, το καθεστώς δεν φαίνεται να είναι σύμφωνο με τις κατευθυντήριες γραμμές για τις εθνικές περιφερειακές ενισχύσεις ⁽⁶⁾. Βάσει των κατευθυντήριων γραμμών, κατ' αρχήν επιτρέπονται ενισχύσεις μόνο για αρχικές επενδύσεις ή για τη δημιουργία θέσεων εργασίας που συνδέονται με τις αρχικές επενδύσεις. Ωστόσο, στην προκειμένη περίπτωση, η Επιτροπή διαπιστώνει ότι η έκπτωση φόρου δεν φαίνεται να υπόκειται σε περιορισμό με βάση την αξία της επένδυσης.

Επιπλέον, το μέτρο δεν φαίνεται να περιορίζεται μόνο στην αρχική επένδυση, και ως εκ τούτου αποτελεί ενίσχυση λειτουργίας.

- (18) Σύμφωνα με τις κατευθυντήριες γραμμές για τις περιφερειακές ενισχύσεις, οι ενισχύσεις λειτουργίας (που αποσκοπούν στη μείωση των τρεχουσών δαπανών μιας επιχείρησης, ιδίως με τη μορφή φοροαπαλλαγών) μπορούν να χορηγηθούν μόνο σε εξαιρετικές περιπτώσεις και εφόσον: (i) δικαιολογούνται λόγω της συμβολής τους στην περιφερειακή ανάπτυξη και η φύση και το επίπεδό τους είναι ανάλογα προς τα μειονεκτήματα που επιδιώκουν να αντιμετωπίσουν και (ii) είναι χρονικά περιορισμένες και μειώνονται προοδευτικά. Η απόδειξη της ύπαρξης περιφερειακών μειονεκτημάτων και η αξιολόγηση της σημασίας τους πρέπει να γίνεται από το κράτος μέλος. Η Επιτροπή θεωρεί επί του παρόντος ότι στην προκειμένη περίπτωση δεν πληρούνται καμία από τις προϋποθέσεις αυτές. Συγκεκριμένα, εφόσον το πλεονέκτημα εξαρτάται από τα ετήσια κέρδη των δικαιούχων, δεν υπάρχει εγγύηση ότι το ποσό της ενίσχυσης θα μειώνεται προοδευτικά.
- (19) Επιπλέον, το μέτρο δεν φαίνεται να προβλέπει κανέναν έλεγχο όσον αφορά τη σώρευση ενισχύσεων.
- (20) Οι ελληνικές αρχές δεν επικαλέστηκαν καμία από τις παρεκκλίσεις που απαριθμούνται στο άρθρο 87 παράγραφοι 2 ή 3 της Συνθήκης ΕΚ.

ΣΥΜΠΕΡΑΣΜΑ

- (21) Με βάση τις προαναφερθείσες εκτιμήσεις, η Επιτροπή, ενεργώντας σύμφωνα με τη διαδικασία του άρθρου 88 παράγραφος 2 της συνθήκης ΕΚ, ζητά από την Ελλάδα να υποβάλει τις παρατηρήσεις της και κάθε σχετική πληροφορία που μπορεί να συμβάλει στην αξιολόγηση του μέτρου, μέσα σε ένα μήνα από την ημερομηνία παραλαβής της παρούσας επιστολής.
- (22) Η Επιτροπή ζητά από τις ελληνικές αρχές να διαβιβάσουν αμέσως αντίγραφο της παρούσας επιστολής στους δυνητικούς δικαιούχους.
- (23) Η Επιτροπή επιθυμεί να υπενθυμίσει στην Ελλάδα ότι το άρθρο 88 παράγραφος 3 της συνθήκης ΕΚ έχει ανασταλτικό αποτέλεσμα, και παράλληλα να επιστήσει την προσοχή της στο άρθρο 14 του κανονισμού 659/1999 του Συμβουλίου, που προβλέπει ότι κάθε παράνομη ενίσχυση μπορεί να ανακληθεί από τον δικαιούχο.
- (24) Η Επιτροπή προειδοποιεί την Ελλάδα ότι θα ενημερώσει τους ενδιαφερόμενους με δημοσίευση της παρούσας επιστολής και περίληψής της στην *Επίσημη Εφημερίδα της Ευρωπαϊκής Ένωσης*. Θα ενημερώσει επίσης τους ενδιαφερόμενους στις χώρες της ΕΖΕΣ που έχουν υπογράψει τη συμφωνία ΕΟΧ, με δημοσίευση ανακοίνωσης στο *Συμπλήρωμα ΕΟΧ* της *Επίσημης Εφημερίδας της Ευρωπαϊκής Ένωσης* και την *Εποπτεύουσα Αρχή* της ΕΖΕΣ με αποστολή αντιγράφου της παρούσας επιστολής. Όλοι οι ενδιαφερόμενοι θα κληθούν να υποβάλουν τις παρατηρήσεις τους μέσα σε ένα μήνα από την ημερομηνία της σχετικής δημοσίευσης.»

⁽⁵⁾ Όλη η ελληνική επικράτεια θεωρείται ως περιοχή επιλέξιμη για ενισχύσεις βάσει του άρθρου 87 παράγραφος 3 στοιχείο α) της συνθήκης ΕΚ.

⁽⁶⁾ ΕΕ C 74 της 10.3.1998, σ. 9.

Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 70/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas

(2004/C 87/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

N.º do auxílio: XS 30/02

Estado-Membro: Reino dos Países Baixos

Designação do regime de auxílio ou nome da empresa que recebe um auxílio individual: Regime de auxílios a favor da assistência técnica sobre os mercados emergentes

Base jurídica: Artikel 3 van de Kaderwet EZ-subsidies

Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa: 6 000 000 de euros

Intensidade máxima do auxílio:

— Projecto de apoio à gestão 275 000 euros

— Projecto de formação 90 000 euros

Data de execução: 7 de Março de 2002

Duração do regime ou da concessão do auxílio: Indeterminada; o limite máximo de subvenção é fixado anualmente

Objectivo do auxílio: Contribuir para a fase de transição dos mercados emergentes e para a implantação em tais mercados de pequenas e médias empresas estabelecidas nos Países Baixos, através do financiamento de projectos de apoio à gestão e de formação de empresas com participação neerlandesa sobre os mercados emergentes

Sector ou sectores económicos afectados: Todos os sectores económicos que não sejam excluídos pelos regulamentos e orientações específicas da Comunidade sobre a concessão de auxílios estatais a determinados sectores económicos. Constituem também uma excepção (com base no n.º 2 do artigo 2.º) as empresas de produção de bens militares, de criação de animais para produção de peles e as empresas que desenvolvem uma actividade proibida nos Países Baixos

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios:

Em nome do Ministério dos Assuntos Económicos:

Nederlandse Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden NV (FMO)
Koningskade 40
Postbus 93060
2509 AB Den Haag
Nederland

N.º do auxílio: XS 59/03

Estado-Membro: Reino Unido

Região: Nordeste de Inglaterra

Designação do regime de auxílio ou nome da empresa que recebe um auxílio individual: Regime de subvenções Hartlepool

Base jurídica: Section 126 of Housing, Grants, Construction and Regeneration Act 1996

Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa:

— 2003: 168 072 libras esterlinas

— 2004: 208 950 libras esterlinas

Intensidade máxima do auxílio: A intensidade máxima do auxílio será de 30 % [20 % para a região assistida de Hartlepool em conformidade com o n.º 3, alínea c), do artigo 87.º; mais 10 % nas regiões abrangidas pelo n.º 3, alínea c), do artigo 87.º, alcançando assim a intensidade máxima de 30 %]

Data de execução: 21 de Fevereiro de 2003

Duração do regime ou da concessão do auxílio: Fim 31 de Dezembro de 2004

Objectivo do auxílio: O projecto proporcionará assistência sob a forma de subvenções a 135 empresas em fase de arranque ou de expansão de Hartlepool. As subvenções destinam-se à aquisição de bens de equipamento. Este projecto tem como objectivo fomentar o investimento nas PME, a fim de criar postos de trabalho para os residentes na região (Hartlepool sofre de um nível de actividade económica muito baixo e de uma elevada taxa de desemprego). A necessidade do projecto foi explorada pelo patrocinador através de grupos de animação com PME que receberam anteriormente subvenções do Conselho

Sector ou sectores económicos afectados: Todos os sectores económicos elegíveis, sem prejuízo das regras específicas referentes aos auxílios estatais em determinados sectores

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios:

ERDF contact: Kay Goodinson
European Programme Secretariat
Government Office North East
Wellbar House
Gallowgate
Newcastle Upon Tyne NE1 4TD
United Kingdom

Sponsor contact: Mr M. Emerson
Hartlepool Borough Council
Bryan Hanson House
Hanson Square
Hartlepool TS24 7BT
United Kingdom

N.º do auxílio: XS 112/02

Estado-Membro: Itália

Região: Lombardia

Designação do regime de auxílio ou nome da empresa que recebe um auxílio individual: Vertente n.º 1 «Desenvolvimento da competitividade do sistema económico da Lombardia»;

- Medida 1.1.B «Auxílios a investimentos para a inovação tecnológica e/ou para a defesa do ambiente, artigo 5.º da Lei n.º 598/94»;
- Medida 1.2.A «Auxílios a investimentos para a inovação organizativa e comercial e para a segurança no local de trabalho, artigo 11.º da Lei n.º 598/94»

Base jurídica: Legge 598/94 articolo 11 — «Agevolazioni per investimenti per l'innovazione tecnologica, la tutela ambientale, l'innovazione organizzativa e commerciale e la sicurezza sui luoghi di lavoro» come modificata ed integrato da:

- Legge 8.8.1995, n. 341, articolo 3;
- Legge 23.12.1999, n. 488, articolo 54;
- Legge 5.3.2001, n. 57, articolo 15;
- Decreto legislativo 31.3.1998, n. 112, articolo 19;
- Decreto legislativo 31.3.1998, n. 123;
- Docup Obiettivo 2 2000-2006 Lombardia;
- Approvato con decisione C(2878) del 10.12.2001

Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa:

	Objectivo	Phasing out
2001:	1 941 615 euros	244 574 euros
2002:	2 359 152 euros	272 188 euros
2003:	2 401 756 euros	224 854 euros
2004:	2 056 075 euros	153 844 euros
2005:	2 092 907 euros	103 878 euros
2006:	2 149 157 euros	

Intensidade máxima do auxílio:

- 15 % em ESB Pequenas empresas
- 7,5 % em ESB Médias empresas

Data de execução: 27 de Agosto de 2002 (em todo o caso, não será concedido qualquer auxílio até à transmissão da presente ficha de síntese à Comissão)

Duração do regime ou da concessão do auxílio: 31 de Dezembro de 2006

Objectivo do auxílio: O auxílio destina-se a facilitar, mediante uma bonificação de juros, a realização de programas de investimento destinados à inovação tecnológica, defesa do ambiente, inovação organizativa e comercial e segurança no local de trabalho.

As intervenções contempladas pela presente medida são definidas pelo disposto nas alíneas c) e d) do artigo 2.º e no artigo 5.º do Regulamento n.º 70/2001

Sector ou sectores económicos afectados: PME a operar no sector das actividades extractivas e de transformação previstas na secção C, D, E e F da classificação das actividades económicas ISTAT 1991, com as exclusões e as limitações previstas pela legislação comunitária, para os sectores da siderurgia, construção naval, fibras sintéticas, sector automóvel e transportes.

Não são elegíveis as actividades ligadas à produção, transformação ou comercialização dos produtos constantes do anexo I do Tratado CE

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios:

Regione Lombardia
Struttura Sviluppo produttivo e Incentivi
DG Industria, PMI, Cooperazione e Turismo
Via Taramelli 20
I-Milano

N.º do auxílio: XS 123/02

Estado-Membro: Reino Unido

Região: Nordeste

Designação do regime de auxílio ou nome da empresa que recebe um auxílio individual: Incentivos ao investimento a favor das empresas — Distrito de Derwentside

Base jurídica: Local Government Act 2000

Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa:

- 2002: 136 500 GBP
- 2003: 126 000 GBP

Intensidade máxima do auxílio: As PME receberão auxílios correspondentes a 15 % dos custos elegíveis do projecto

Data de execução: 18 de Novembro de 2002

Duração do regime ou da concessão do auxílio: 31 de Dezembro de 2003

Objectivo do auxílio: O projecto proporcionará auxílios a 53 empresas em fase de arranque e empresas em expansão em Derwentside [uma região abrangida pelo n.º 3, alínea c), do artigo 87.º — 20 %] para que invistam em novos locais.

As despesas elegíveis do projecto abrangem investimentos em imobilizações corpóreas de acordo com o n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento.

Devido ao carácter rural de Derwentside, as PME desta região que pretendam desenvolver as suas actividades têm dificuldades em encontrar locais adequados e a preços razoáveis. Estes auxílios assegurarão que as PME possam adquirir locais novos e adaptados, condição essencial à sua sobrevivência e desenvolvimento

Sector ou sectores económicos afectados: Todos os sectores, sem prejuízo de regras, regulamentos e directivas especiais aplicáveis aos auxílios estatais a favor de certos sectores

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios:

ERDF Contact: Kay Goodinson
European Programme Secretariat
Government Office North East
Wellbar House
Gallowgate
Newcastle Upon Tyne NE1 4TD
United Kingdom

Sponsor Contact: Mr K Robinson
Derwentside District Council
Civic Centre
Consett
Co Durham DH8 5JA
United Kingdom

N.º do auxílio: XS 127/02

Estado-Membro: Alemanha

Região: Baviera

Designação do regime de auxílio ou nome da empresa que recebe um auxílio individual: Regime de auxílios relativo ao fomento da consultoria externa às PME (programa de consultoria externa às PME)

Base jurídica: Artikel 23, 44 Bayerische Haushaltsordnung (BayHO)

Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa: 2003-2006: cerca de 600 000 euros (nível bruto após o plano financeiro a médio prazo)

Intensidade máxima do auxílio: Até 50 % dos custos de consultoria elegíveis

Data de execução: 1 de Janeiro de 2003

Duração do regime ou da concessão do auxílio: Até 31 de Dezembro de 2006

Objectivo do auxílio: Auxílios às PME na aceção da definição da Comissão em caso de recurso a serviços de consultoria externa:

- redução das desvantagens concorrenciais específicas das PME, concretização e manutenção da igualdade de oportunidades
- difusão de informações em matéria de exportações e de conhecimentos especializados

Sector ou sectores económicos afectados: Todos os sectores da indústria, artesanato, comércio, serviços e profissões liberais. Não são tidas em conta as empresas que não são abrangidos pela isenção, de acordo com o artigo 1.º do Regulamento de isenção PME

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios:

- Industrie- und Handelskammer für Aschaffenburg, Postfach 17, D-63701 Aschaffenburg
- Industrie- und Handelskammer für Augsburg und Schwaben, Postfach 10 18 80, D-86008 Augsburg
- Industrie- und Handelskammer für Oberfranken Bayreuth, Postfach 10 06 53, D-95406 Bayreuth
- Industrie- und Handelskammer zu Coburg, Postfach 20 43, D-96409 Coburg
- Industrie- und Handelskammer Lindau/Bodensee, Postfach 13 65, D-88103 Lindau
- Industrie- und Handelskammer für München und Oberbayern, D-80323 München
- Industrie- und Handelskammer Nürnberg, Postfach, D-90271 Nürnberg
- Industrie- und Handelskammer für Niederbayern in Passau, Postfach 17 27, D-94030 Passau
- Industrie- und Handelskammer Regensburg, Postfach 11 03 55, D-93016 Regensburg
- Industrie- und Handelskammer Würzburg-Schweinfurt, Postfach 58 40, D-97008 Würzburg

Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 68/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios à formação

(2004/C 87/06)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

N.º do auxílio: XT 40/01

Estado-Membro: Itália

Região: Apúlia

Designação do regime de auxílio ou nome da empresa que recebe um auxílio individual: Promoção do factor humano, sector «formação» nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 10.º da L.R. 3/2001

Base jurídica: Legge regionale 4 gennaio 2001 n. 3/01 modificata dalla legge regionale n. 23/01

Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa:

Ano civil	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Montante em milhões de euros	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5

Intensidade máxima do auxílio: O limite máximo fixado para a Apúlia pelo mapa europeu dos auxílios com finalidade regional (35 % ESL + 15 % ESB)

Data de execução: 12 de Setembro de 2001 (data da comunicação dos regimes de auxílio à Comissão)

Duração do regime ou da concessão do auxílio: Até 31 de Dezembro de 2006

Objectivo do auxílio: O auxílio permite favorecer intervenções de formação no posto de trabalho. As despesas elegíveis são:

- a) custo do pessoal docente;
- b) despesas de deslocação do pessoal docente e dos destinatários;
- c) despesas correntes;
- d) custos de amortização dos instrumentos e dos equipamentos no que se refere à quota relativa à formação;
- e) custo dos serviços de consultoria;
- f) custos de pessoal.

Os auxílios previstos estão em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) n.º 68/2001 de 12 de Janeiro de 2001,

relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios à formação, publicado no JO de 13 de Janeiro de 2001

Sector ou sectores económicos afectados: O auxílio destina-se às PME que exercem a sua actividade nos sectores artesanal, industrial, turismo, comércio e serviços

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios:

Regione Puglia
Via G. Capruzzi, 212
I-Bari

Outras informações: A intensidade máxima de auxílio é de 40 % com uma percentagem adicional de 10 % para os beneficiários que representam categorias de trabalhadores desfavorecidos

N.º do auxílio: XT 41/03

Estado-Membro: Alemanha

Região: Baviera

Designação do regime de auxílio ou nome da empresa que recebe um auxílio individual:

BMW AG
Herbert-Quandt-Allee
D-93055 Regensburg

Base jurídica: Bayerische Haushaltsordnung, Bescheid vom 8.8.2003

Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa: 500 000 euros

Intensidade máxima do auxílio: 50 % das despesas elegíveis

Data de execução:

— Autorização para a aplicação antecipada das medidas: 12 de Setembro de 2002

— Primeira autorização: 8 de Agosto de 2003

Duração do regime ou da concessão do auxílio: Primeiro pagamento: 1 de Setembro de 2003. Último pagamento previsto: 31 de Janeiro de 2005

Objectivo do auxílio: Auxílios gerais à formação para assegurar a prossecução das medidas de formação já em curso a favor de 19 beneficiários da NMH Sulzbach-Rosenberg, dos quais:

- 7 mecânicos industriais no segundo ano de formação
- 6 mecânicos industriais no terceiro ano de formação
- 4 especialistas em electrónica energética no segundo ano de formação
- 2 especialistas em electrónica energética no terceiro ano de formação de acordo com o plano de formação

Sector ou sectores económicos afectados: Indústria transformadora; no presente caso: sector dos veículos automóveis

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios:

Regierung der Oberpfalz
Sachgebiet 600
D-93039 Regensburg

Não oposição a uma operação de concentração notificada

(Processo COMP/M.3376 — Dillinger Hüttenwerke/Saarstahl/Cokerie de Carling)

(2004/C 87/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 17 de Março de 2004, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em inglês e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CEN» da base de dados CELEX, com o número de documento 304M3376. CELEX é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia.

Para mais informações sobre as assinaturas é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
Tel.: (352) 29 29-427 18; fax: (352) 29 29-427 09.

Notificação prévia de uma operação de concentração
(Processo COMP/M.3382 — Iberia/Cobra Instalaciones/Serpista JV)
(2004/C 87/08)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 30 de Março de 2004, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 ⁽²⁾, através da qual as empresas Iberia, Líneas Aéreas de España SA («Iberia», Espanha) e Cobra Instalaciones y Servicios, SA («Cobra», Espanha), propriedade do grupo ACS («ACS», Espanha), adquirem, na aceção do n.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo conjunto da nova empresa Serpista SA («Serpista», Espanha), mediante aquisição de acções.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

- Iberia: serviços de transporte aéreo de passageiros e de carga; serviços conexos, como a assistência em escala,
- Cobra: engenharia e serviços integrados relacionados com energia, comunicações e sistemas de controlo,
- Serpista: reparação e manutenção de equipamentos de assistência em escala.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.3382 — Iberia/Cobra Instalaciones/Serpista JV, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Registo das Concentrações
J-70
B-1049 Bruxelas
[fax: (32-2) 296 43 01/296 72 44].

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

⁽²⁾ JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

AUTORIDADES NACIONAIS COMPETENTES EM MATÉRIA DE PRODUTOS COSMÉTICOS

(2004/C 87/09)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em conformidade com o artigo 10.º da Directiva 95/17/CE da Comissão, de 19 de Junho de 1995, que estabelece as normas de execução da Directiva 76/768/CEE do Conselho, no que diz respeito à não inscrição de um ou de vários ingredientes na lista prevista para a rotulagem dos produtos cosméticos, a lista das autoridades nacionais competentes é a seguinte:

AUSTRIA**Bundesministerium für Gesundheit und Frauen**

Sektion IV

Radetzkystraße 2

A-1030 Wien

Contact:

Dr. Amire Mahmood

Tel. (43-1) 711 00 47 41

Fax (43-1) 711 00 46 81

E-mail: amire.mahmood@bmgf.gv.at

Dr. Alexander Zilberszac

Tel. (43-1) 711 00 46 17

Fax (43-1) 713 79 52

E-mail: Alexander.zilberszac@bmgf.gv.at

BELGIUM**Service Fédéral de Santé Publique, Sécurité de la Chaîne Alimentaire et Environnement**Direction générale Animaux, Végétaux et Alimentation

Division Denrées Alimentaires et autres produits de Consommation

Cité administrative de l'État

Quartier Arcades 4^{ème} étage

B-1010 Bruxelles

Tél. (32-2) 210 48 43

Fax (32-2) 210 48 16

DENMARK**Miljøstyrelsen**

Strandgade 29

DK-1401 København K

Tlf. (45) 39 15 20 00

Fax (45) 39 15 25 60

FINLAND**Kuluttajavirasto**

Haapaniemenkatu 4 A

PL 5

FI-00531 Helsinki

FRANCE**Direction Générale de la Concurrence, de la Consommation et de la Répression des fraudes**

Bureau E1, Santé

Télédéc 241

59, boulevard Vincent Auriol

F-75703 Paris Cedex 13

Tél. (33-1) 44 97 29 24/29 25

Fax (33-1) 44 97 23 30

GERMANY**Verzeichnis von zuständigen Behörden, die eine Ausnahme von der Etikettierungspflicht genehmigen können****1. Land Baden-Württemberg***Regierungsbezirk Stuttgart*

Landratsamt Böblingen

Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt

Parkstraße 16

D-71034 Böblingen

Landratsamt Esslingen

Veterinäramt

Beblinger Straße 2

D-73728 Esslingen

Landratsamt Göppingen

Veterinäramt

Stuttgarter Straße 5a

D-73033 Göppingen

Landratsamt Heidenheim

Veterinäramt

Ernst-Degeler-Straße 1

D-89518 Heidenheim

Bürgermeisteramt Heilbronn

Veterinäramt

Frankfurter Straße 85

D-74072 Heilbronn

Landratsamt Heilbronn

Veterinäramt

Lerchenstraße 40

D-74064 Heilbronn

Landratsamt Hohenlohekreis

Veterinäramt

Hindenburgstraße 58

D-74613 Öhringen

Landratsamt Ludwigsburg

Veterinäramt

Hindenburgstraße 20

D-71638 Ludwigsburg

Landratsamt Main-Tauber-Kreis

Veterinäramt

Wachbacher Straße 52

D-97980 Bad Mergentheim

Landratsamt Ostalbkreis
Veterinäramt
Stuttgarter Straße 41
D-73430 Aalen

Landratsamt Rems-Murr-Kreis
Amt für Verbraucherschutz und Tierärztlichen Dienst
Erbstetter Straße 58
D-71522 Backnang

Landratsamt Schwäbisch Hall
Veterinäramt
Ringstraße 58
D-74523 Schwäbisch Hall

Bürgermeisteramt Stuttgart
Amt für öffentliche Ordnung
Eberhardstraße 37
D-70173 Stuttgart

Regierungsbezirk Karlsruhe

Bürgermeisteramt Baden-Baden
Veterinäramt
Briegelackerstraße 8
D-76532 Baden-Baden

Landratsamt Calw
Abteilung Lebensmittel- und Veterinärwesen
Vogteistraße 44—46
D-75365 Calw

Landratsamt Enzkreis
Veterinäramt
Zähringerallee 3
D-75177 Pforzheim

Landratsamt Freudenstadt
Veterinäramt
Reichstraße 11
D-72250 Freudenstadt

Bürgermeisteramt Heidelberg
Veterinäramt
Bergheimer Straße 69
D-69115 Heidelberg

Bürgermeisteramt Karlsruhe
Veterinäramt
Durlacher Allee 62
D-76131 Karlsruhe

Landratsamt Karlsruhe
Amt für Lebensmittelüberwachung und Veterinärwesen
Beierheimer Allee 2
D-76137 Karlsruhe

Bürgermeisteramt Mannheim
Fachbereich Sicherheit und Ordnung
Schlachthofstraße 21
D-68165 Mannheim

Landratsamt Neckar-Odenwald-Kreis
Veterinäramt
St.-Rochus-Straße 12
D-74722 Buchen

Bürgermeisteramt Pforzheim
Veterinäramt
Kleiststraße 2
D-75177 Pforzheim

Landratsamt Rastatt
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Markgrafenstraße 9
D-76437 Rastatt

Landratsamt Rhein-Neckar-Kreis
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Adelsförsterpfad 7
D-69168 Wiesloch

Regierungsbezirk Freiburg

Landratsamt Breisgau-Hochschwarzwald
Veterinäramt
Mozartstraße 30
D-79104 Freiburg

Landratsamt Emmendingen
Veterinäramt
Adolf-Sexauer-Straße 3/1
D-79312 Emmendingen

Bürgermeisteramt Freiburg
Amt für öffentliche Ordnung
Basler Straße 2
D-79100 Freiburg

Landratsamt Konstanz
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Bahnhofplatz 6
D-78315 Radolfzell

Landratsamt Lörrach
Veterinäramt
Palmstraße 3
D-79539 Lörrach

Landratsamt Ortenaukreis
Veterinäramt
Badstraße 20
D-77652 Offenburg

Landratsamt Rottweil
Veterinäramt
Königstraße 36
D-78628 Rottweil

Landratsamt Schwarzwald-Baar-Kreis
Veterinäramt
Irmastraße 11
D-78166 Donaueschingen

Landratsamt Tuttlingen
Veterinäramt
Freiburger Straße 42
D-78532 Tuttlingen

Landratsamt Waldshut-Tiengen
Veterinäramt
Im Wallgraben 34
D-79761 Waldshut-Tiengen

Regierungsbezirk Tübingen

Landratsamt Alb-Donau-Kreis
Veterinäramt
Zeughausgasse 14
D-89073 Ulm

Landratsamt Biberbach
Kreisveterinäramt
Rollinstraße 17
D-88400 Biberach

Landratsamt Bodenseekreis
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Albrechtstraße 75
D-88045 Friedrichshafen

Landratsamt Ravensburg
Veterinäramt
Franz-Stapf-Straße 8
D-88212 Ravensburg

Landratsamt Reutlingen
Veterinäramt
Aulberstraße 32
D-72764 Reutlingen

Landratsamt Sigmaringen
Ordnungsamt
Leopoldstraße 4
D-72488 Sigmaringen

Landratsamt Tübingen
Veterinäramt
Bismarkstraße 110
D-72072 Tübingen

Bürgermeisteramt Ulm
Bürgerdienste, Abteilung 1
Sattlergasse 2
D-89073 Ulm

Landratsamt Zollernalbkreis
Veterinäramt
Hirschbergstraße 15
D-72336 Balingen

2. Freistaat Bayern

Regierungsbezirk Oberbayern

A. Landratsämter

Landratsamt Altötting
Georgenstraße 20
D-84503 Altötting

Landratsamt Bad Tölz-Wolfratshausen
Prof.-Max-Lange-Platz
D-83646 Bad Tölz

Landratsamt Berchtesgadener Land
Salzburger Straße 64
D-83435 Bad Reichenhall

Landratsamt Dachau
Weiherweg 16
D-85221 Dachau

Landratsamt Ebersberg
Eichthalstraße 5
D-85560 Ebersberg

Landratsamt Eichstätt
Residenzplatz 1
D-85072 Eichstätt

Abteilung 7
Veterinärwesen, gesundheitlicher Verbraucherschutz,
Ernährungsberatung
Residenzplatz 2

Landratsamt Erding
Alois-Schießl-Platz 2
D-85435 Erding
(Kompetenzzentrum Dienstgebäude: Bajuwarenstraße 3)

Landratsamt Freising
Landshuter Straße 31
D-85356 Freising

Landratsamt Fürstenfeldbruck
Münchener Straße 32
D-82256 Fürstenfeldbruck

Landratsamt Garmisch-Partenkirchen
Olympiastraße 10
D-82467 Garmisch-Partenkirchen

Landratsamt Landsberg am Lech
Von-Kühlmann-Straße 15
D-86899 Landsberg am Lech

Landratsamt Miesbach
Münchner Straße 3
D-83714 Miesbach

Landratsamt Mühldorf am Inn
Töginger Straße 18
D-84453 Mühldorf am Inn

Landratsamt München
Mariahilfplatz 17
D-81541 München

Landratsamt Neuburg-Schrobenhausen
Platz der Deutschen Einheit 1
D-86633 Neuburg an der Donau

Landratsamt Pfaffenhofen
Pettenkoferstraße 5
D-85276 Pfaffenhofen/Ilm

Landratsamt Rosenheim
Wittelsbacherstraße 53
D-83022 Rosenheim

Landratsamt Starnberg
Strandbadstraße 2
D-82319 Starnberg

Landratsamt Traunstein
Ludwig-Thoma-Straße 3
D-83278 Traunstein

Landratsamt Weilheim-Schongau
Münchener Straße 21
D-82362 Weilheim

B. Kreisfreie Städte

Stadt Ingolstadt
Esplanade 29
D-85049 Ingolstadt

Landeshauptstadt München
Ruppertstraße 19
D-80313 München

Stadt Rosenheim
Königstraße 15
D-83022 Rosenheim

Regierungsbezirk Niederbayern

A. Landratsämter

Landratsamt Deggendorf
Herrenstraße 18
D-94469 Deggendorf

Landratsamt Dingolfing-Landau
Obere Stadt 1
D-84130 Dingolfing

Landratsamt Freyung-Grafenau
Grafenauer Straße 44
D-94078 Freyung

Landratsamt Kelheim
Schlossweg 3
D-93303 Kelheim

Landratsamt Landshut
Veldener Straße 15
D-84036 Landshut

Landratsamt Passau
Kirchensteig 2
D-94034 Passau

Landratsamt Regen
Bergstraße 10
D-94209 Regen

Landratsamt Rottal-Inn
Ringstraße 4—7
D-84347 Pfarrkirchen

Landratsamt Straubing-Bogen
Leutnerstraße 15
D-94315 Straubing

B. Kreisfreie Städte

Stadt Landshut
Fleischbankstraße 310
D-84028 Landshut

Stadt Passau
Vornholzstraße 40
D-94034 Passau

Stadt Straubing
Theresienplatz 20
D-94315 Straubing

Regierungsbezirk Oberpfalz

A. Landratsämter

Landratsamt Amberg-Weizsach
Schlossgraben
D-92224 Amberg

Landratsamt Cham
Rachelstraße 6
D-93413 Cham

Landratsamt Neumarkt
Nürnberger Straße 1
D-92318 Neumarkt

Landratsamt Neustadt an der Waldnaab
Maistraße 7—9
D-92637 Weiden

Landratsamt Regensburg
Altmühlstraße 3
D-93059 Regensburg

Landratsamt Schwandorf
Wackersdorfer Straße 80
D-92419 Schwandorf

Landratsamt Tirschenreuth
Mähringer Straße 7
D-95643 Tirschenreuth

B. Kreisfreie Städte

Stadt Amberg
Marktplatz 11
D-92224 Amberg

Stadt Regensburg
Neues Rathaus
D-93047 Regensburg

Stadt Weiden
Dr.-Pfleger-Straße 15
D-92637 Weiden

Regierungsbezirk Oberfranken

A. Landratsämter

Landratsamt Bamberg
Ludwigstraße 23
D-96052 Bamberg

Landratsamt Bayreuth
Markgrafenallee 5
D-95448 Bayreuth

Landratsamt Coburg
Lauterer Straße 60
D-96450 Coburg

Landratsamt Forchheim
Streckerplatz 3
D-91301 Forchheim

Landratsamt Hof
Schaumbergstraße 14
D-95032 Hof

Landratsamt Kronach
Güterstraße 18
D-96317 Kronach

Landratsamt Kulmbach
Konrad-Adenauer-Straße 5
D-95326 Kulmbach

Landratsamt Lichtenfels
Kronacher Straße 30
D-96215 Lichtenfels

Landratsamt Wunsiedel
Jean-Paul-Straße 9
D-95632 Wunsiedel

B. Kreisfreie Städte

Stadt Bamberg
Maxplatz 3
D-96047 Bamberg

Stadt Bayreuth
Luitpoldplatz 13
D-95444 Bayreuth

Stadt Coburg
Markt 1
D-96450 Coburg

Stadt Hof
Klosterstraße 1
D-95028 Hof

Regierungsbezirk Mittelfranken

A. Landratsämter

Landratsamt Ansbach
Crailsheimstraße 1
D-91522 Ansbach

Landratsamt Erlangen-Höchstadt
Schlossberg 10
D-91315 Höchststadt an der Aisch
sowie
Schubertstraße 14
D-91052 Erlangen

Landratsamt Fürth
Stresemannplatz 11
D-90763 Fürth

Landratsamt Neustadt an der Aisch-Bad Windsheim
Konrad-Adenauer-Straße 1
D-91413 Neustadt an der Aisch

Landratsamt Nürnberger Land
Waldluststraße 1
D-91207 Lauf an der Pegnitz

Landratsamt Roth
Weinbergweg 1
D-91154 Roth

Landratsamt Weißenburg-Gunzenhausen
Bahnhofstraße 2
D-91781 Weißenburg

B. Kreisfreie Städte

Stadt Ansbach
Nürnberger Straße 32
D-91522 Ansbach

Stadt Erlangen
Rathausplatz 1
D-91052 Erlangen

Stadt Fürth
Schwabacher Straße 170
D-90744 Fürth

Stadt Nürnberg
Innerer Laufer Platz 3
D-90403 Nürnberg

Stadt Schwabach
Friedrich-Ebert-Straße 23
D-91126 Schwabach

Regierungsbezirk Unterfranken

A. Landratsämter

Landratsamt Aschaffenburg
Bayernstraße 18
D-63739 Aschaffenburg

Landratsamt Bad Kissingen
Klosterweg 10
D-97688 Bad Kissingen

Landratsamt Haßberge
Am Herrenhof 1
D-97437 Haßfurt

Landratsamt Kitzingen
Kaiserstraße 4
D-97318 Kitzingen

Landratsamt Main-Spessart
Marktplatz 8
D-97753 Karlstadt

Landratsamt Miltenberg
Brückenstraße 2
D-63897 Miltenberg

Landratsamt Rhön-Grabfeld
Siemensstraße 10
D-97616 Bad Neustadt an der Saale

Landratsamt Schweinfurt
Schrammstraße 1
D-97421 Schweinfurt

Landratsamt Würzburg
Theaterstraße 23
D-97070 Würzburg

B. Kreisfreie Städte

Stadt Aschaffenburg
Pfaffengasse 11
D-63739 Aschaffenburg

Stadt Schweinfurt
Schultestraße 19
D-97421 Schweinfurt

Stadt Würzburg
Rückermainstraße 2
D-97070 Würzburg

Regierungsbezirk Schwaben

A. Landratsämter

Landratsamt Aichach-Friedberg
Münchener Straße 9
D-86551 Aichach

Landratsamt Augsburg
Prinzregentenplatz 4
D-86150 Augsburg

Landratsamt Dillingen
Große Allee 24
D-89407 Dillingen/Donau

Landratsamt Donau-Ries
Pflegerstraße 2
D-86607 Donauwörth

Landratsamt Günzburg
Krankenhausstraße 36
D-89312 Günzburg

Landratsamt Lindau
Bregenzer Straße 35
D-88131 Lindau

Landratsamt Neu-Ulm
Kantstraße 8
D-89231 Neu-Ulm

Landratsamt Oberallgäu
Oberallgäuer Platz 2
D-87527 Sonthofen

Landratsamt Ostallgäu
Schwabenstraße 11
D-87610 Marktoberdorf

Landratsamt Unterallgäu
Bad-Wörishofer-Straße 33
D-87713 Mindelheim

B. Kreisfreie Städte

Stadt Augsburg
Amt für Verbraucherschutz und Marktwesen
Fuggerstraße 12a
D-86150 Augsburg

Stadt Kaufbeuren
Kaiser-Max-Straße 1
D-87600 Kaufbeuren

Stadt Kempten
Rathausplatz 22
D-87435 Kempten

Stadt Memmingen
Marktplatz 1
D-87700 Memmingen

3. Land Berlin

Bezirksamt Marzahn — Hellersdorf von Berlin
Veterinär- und Lebensmittelaufsichtsamt
Etkar-André-Straße 8
D-12619 Berlin

4. Land Brandenburg

Ministerium für Landwirtschaft, Umweltschutz und Raum-
-ordnung
Abteilung Verbraucherschutz
Postfach 60 11 50
D-14411 Potsdam

5. Freie Hansestadt Bremen

Der Senator für Arbeit, Frauen, Gesundheit, Jugend und Sozia-
-les
Referat 32 — Veterinärwesen, Lebensmittelsicherheit und
Pflanzenschutz
Bahnhofsplatz 29
D-28195 Bremen

6. Freie und Hansestadt Hamburg

Behörde für Umwelt und Gesundheit
Amt für Gesundheit und Verbraucherschutz Lebensmittelsicher-
heit und Veterinärwesen
Lagerstraße 36
D-20357 Hamburg

7. Land Hessen

Staatliches Untersuchungsamt Hessen
Standort Wiesbaden
Hasengartenstraße 24
D-65189 Wiesbaden

8. Land Mecklenburg-Vorpommern

Landkreis Bad Doberan
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
August-Bebel-Straße 3
D-18209 Bad Doberan

Landkreis Demmin
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Adolf-Pompe-Straße 12—15
D-17109 Demmin
Sitz: Hanseufer 3

Landkreis Güstrow
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Am Wall 3—5
D-18273 Güstrow

Landkreis Ludwigslust
Fachdienst Veterinär- und Lebensmittelüberwachung
Garnisonsstraße 1
D-19288 Ludwigslust

Landkreis Mecklenburg-Strelitz
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Woldegker Chaussee 35
D-17235 Neustrelitz

Landkreis Müritz
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Zum Amtsbrink 2
D-17192 Waren

Stadtverwaltung Neubrandenburg
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Rosenstraße 15
D-17033 Neubrandenburg

Landkreis Nordwestmecklenburg
Außenstelle Gadebusch
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Am Volkspark
D-19205 Gadebusch

Landkreis Nordvorpommern
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Bahnhofstraße 12/13
D-18507 Grimmen

Landkreis Parchim
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Dragonerkaserne
Putlitzer Straße 25
D-19370 Parchim

Hansestadt Rostock
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Am Westfriedhof 2
D-18050 Rostock

Landkreis Rügen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Industriestraße 4
D-18528 Bergen

Landeshauptstadt Schwerin
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Anne-Frank-Straße 29
D-19061 Schwerin

Hansestadt Stralsund
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Neuer Markt 16
D-18439 Stralsund

Landkreis Ostvorpommern
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Bluthluster Straße 5b
D-17389 Anklam

Landkreis Uecker-Randow
Fachdienst Veterinärwesen
An der Kürassierkaserne 9
D-17309 Pasewalk

Hansestadt Wismar
Ordnungsamt
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Dr.-Leber-Straße 2
D-23966 Wismar

9. Land Niedersachsen

Regierungsbezirk Braunschweig

Stadt Salzgitter
Gesundheitsamt/Verwaltung und Gesundheitsschutz
Joachim-Campe-Straße 14
D-38226 Salzgitter

Stadt Wolfsburg
Veterinäramt
Dieselstraße 18a
D-38446 Wolfsburg

Landkreis Gifhorn
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Schlossplatz 1
D-38518 Gifhorn

Landkreis Göttingen
Veterinär- und Verbraucherschutzamt für den Landkreis und
die Stadt Göttingen
Walkemühlenweg 8
D-37083 Göttingen

Landkreis Goslar
Verbraucherschutz- und Veterinäramt
Klubgartenstraße 11
D-38640 Goslar

Landkreis Helmstedt
Veterinär- und Verbraucherschutzamt
Charlotte-von-Veltheim-Weg 5
D-38350 Helmstedt

Landkreis Northeim
Verbraucherschutz- und Veterinäramt
Medenheimer Straße 6—8
D-37154 Northeim

Landkreis Osterode am Harz
Amt für Veterinärwesen und Verbraucherschutz
Katzensteiner Straße 137
D-37520 Osterode

Landkreis Peine
Fachdienst für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Hopfenstraße 4
D-31224 Peine

Landkreis Wolfenbüttel
Veterinäramt für den Landkreis Wolfenbüttel und die Stadt
Salzgitter
Friedrich-Wilhelm-Straße 2a
D-38302 Wolfenbüttel

Stadt Braunschweig
Fachbereich Bürgerservice, Öffentliche Sicherheit
Abteilung Veterinärwesen und Verbraucherschutz
Altewiekring 60a
D-38102 Braunschweig

Regierungsbezirk Hannover

Landeshauptstadt Hannover
Ordnungsamt — Gewerbe- und Veterinärabteilung
Vordere Schönepfuhl 14
D-30167 Hannover

Landkreis Schaumburg
Veterinäramt
Bahnhofstraße 25
D-31675 Bückeburg

Landkreis Nienburg
Veterinäramt
Kreishaus Am Schlossplatz 1
D-31582 Nienburg/Weser

Landkreis Holzminden
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Bürgermeister-Schrader-Straße
D-37603 Holzminden

Landkreis Hildesheim
Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Bischof-Janssen-Straße 31
D-31134 Hildesheim

Region Hannover
Fachdienst für Verbraucherschutz und Veterinärwesen
Veterinäramt
Wilhelmstraße 3—5
D-30171 Hannover

Landkreis Diepholz
Fachdienst für Veterinärwesen
Grafenstraße 3
D-49356 Diepholz

Landkreis Hameln-Pyrmont
Fachdienst Veterinäramt/Lebensmittelüberwachung
Veterinäramt
Am Stockhof 2
D-31785 Hameln

Regierungsbezirk Lüneburg

Landkreis Lüneburg
Ordnungsamt
Auf dem Michaeliskloster 4
D-21335 Lüneburg

Landkreis Celle
Veterinäramt
Trift 27
D-29221 Celle

Landkreis Cuxhaven
Veterinäramt
Vincent-Lübeck-Straße 2
D-27474 Cuxhaven

Landkreis Harburg
Veterinäramt
von-Smnitz-Ring 13
D-21423 Winsen (Luhe)

Landkreis Osterholz
Veterinäramt
Osterholzer Straße 23
D-27711 Osterholz-Scharmbeck

Landkreis Rotenburg
Veterinäramt — Nebenstelle Bremervörde
Amtsallee 7
D-27432 Bremervörde

Landkreis Rotenburg
Veterinäramt
Amtshofpark
D-27356 Rotenburg (Wümme)

Landkreis Soltau-Fallingb.
Veterinäramt
Quintusstraße 1
D-29683 Fallingb.

Landkreis Stade
Veterinäramt
Große-Schmiede-Straße 1—3
D-21682 Stade

Landkreis Uelzen
Ordnungsamt
Veerßer Straße 53
D-29525 Uelzen

Landkreis Verden
Veterinäramt
Eitzer Straße 32
D-27281 Verden

Landkreis Lüchow-Dannenberg
Ordnungsamt
Königsberger Straße 10
D-29439 Lüchow (Wendland)

Regierungsbezirk Weser-Ems

Stadt Wilhelmshaven
Verbraucherschutz-, Veterinär- und Gewerbeangelegenheiten
Rathausplatz 10 (City-Haus)
D-26382 Wilhelmshaven

Landkreis Wesermarsch
Fachdienst für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Poggenburger Straße 15
D-26919 Brake

Landkreis Vechta
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Ravensberger Straße 20
D-49377 Vechta

Landkreis Osnabrück
Veterinärwesen und Verbraucherschutz
Am Schölerberg 1
D-49082 Osnabrück

Landkreis Oldenburg
Veterinäramt
Delmenhorster Straße 6
D-27793 Wildeshausen

Landkreis Leer
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Friesenstraße 30
D-26789 Leer

Landkreis Grafschaft Bentheim
3.4 Veterinärabteilung
Ootmarsumer Weg 11
D-48627 Nordhorn

Landkreis Friesland
Fachbereich Veterinärwesen und Verbraucherschutz (W)
Sophienstraße 3
D-28438 Jever

Landkreis Emsland
Veterinäramt
Ordeniederung 1
D-49716 Meppen

Landkreis Cloppenburg
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Eschstraße 29
D-49661 Cloppenburg

Landkreis Ammerland
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Ammerlandallee 12
D-26655 Westerstede

Landkreis Wittmund
Amt für Veterinärwesen und Verbraucherschutz
Schlossstraße 11
D-26409 Wittmund

Stadt Osnabrück
Verbraucherschutz und Veterinärangelegenheiten
Natruper-Tor-Wall 2
D-49074 Osnabrück

Stadt Oldenburg
Fachdienst Verbraucherschutz und Veterinärwesen
Rohdenweg 65
D-26105 Oldenburg

Stadt Emden
FD Veterinärwesen, Verbraucherschutz und Gewerberecht
Ringstraße 18
D-28702 Emden

Stadt Delmenhorst
Veterinäramt
City Center
Lange Straße 1a
D-27749 Delmenhorst

Landkreis Aurich
Amt für Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Fischteichweg 7—13
D-26603 Aurich

10. Land Nordrhein-Westfalen

Regierungsbezirk Arnsberg

Stadt Bochum
Ordnungsamt
Viktoriastraße 64
D-44787 Bochum

Stadt Dortmund
Ordnungsamt/Lebensmittelüberwachungsamt
Hoher Wall 5—7
D-44122 Dortmund

Stadt Hagen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Schlachthofstraße 2
D-58089 Hagen

Stadt Hamm
Ordnungs- und Wahlamt/Lebensmittelüberwachungsamt
Unnaer Straße 10—12
D-59069 Hamm

Stadt Herne
Fachbereich Öffentliche Ordnung
Markgrafenstraße 10
D-44623 Herne

Ennepe-Ruhr-Kreis
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Hauptstraße 92
D-58332 Schwelm

Hochsauerlandkreis
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Steinstraße 27
D-59872 Meschede

Märkischer Kreis
Ordnungsamt — Abteilung Veterinär- und Lebensmittel-
überwachungsamt
Heedfelder Straße 45
D-58509 Lüdenscheid

Kreis Olpe
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Seminarstraße 13
D-57462 Olpe

Kreis Siegen-Wittgenstein
Gesundheitsamt (Lebensmittelüberwachung/Veterinärwesen)
Koblenzer Straße 73
D-57072 Siegen

Kreis Soest
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Hoher Weg 1—3
D-59494 Soest

Kreis Unna
Fachbereich Gesundheit und Verbraucherschutz
Platanenallee 16
D-59425 Unna

Regierungsbezirk Detmold

Stadt Bielefeld
Gesundheits-, Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Nikolaus-Dürkopp-Straße 5—9
D-33602 Bielefeld

Kreis Gütersloh
Abteilung Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Goethestraße 12
D-33330 Gütersloh

Kreis Herford
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Amtshausstraße 6
D-32051 Herford

Kreis Höxter
Gesundheits- und Verbraucherschutz
Moltkestraße 12
D-37671 Höxter

Kreis Lippe
Fachgebiet Veterinärangelegenheiten Lebensmittelüberwachung
Felix-Fechenbach-Straße 5
D-32756 Detmold

Kreis Minden-Lübbecke
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Portastraße 13
D-32423 Minden

Kreis Paderborn
Fachbereich Lebensmittel und Veterinärwesen
Aldegrevener Straße 10—14
D-33102 Paderborn

Regierungsbezirk Düsseldorf

Stadt Düsseldorf
Amt für Verbraucherschutz Lebensmittelüberwachung/
/Veterinärwesen
Heinrich-Erhardt-Straße 61
D-40468 Düsseldorf

Stadt Duisburg
Ordnungsamt/Lebensmittelüberwachungsamt
Musfeldstraße 8—10
D-47051 Duisburg

Stadt Essen
Ordnungsamt
Porscheplatz
D-45127 Essen

Stadt Krefeld
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Am Hauptbahnhof 5
D-47798 Krefeld

Stadt Mönchengladbach
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Postfach 85
D-41050 Mönchengladbach

Stadt Mülheim an der Ruhr
Ordnungsamt, Lebensmittelüberwachung
Steineshoffweg 12
D-45479 Mülheim an der Ruhr

Stadt Oberhausen
Fachbereich 2/4/20, Gewerbeangelegenheiten, Verbraucherschutz, Lebensmittelüberwachung
Bahnhofstraße 66
D-46145 Oberhausen

Stadt Remscheid
Amt für öffentliche Ordnung/Lebensmittelüberwachungsamt
Honsberger Straße 4
D-42857 Remscheid

Stadt Solingen
Stadtdienst Ordnung und Verkehr
Gasstraße 22b
D-42657 Solingen

Stadt Wuppertal
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Viehhofstraße 121b
D-42117 Wuppertal

Kreis Kleve
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Nassauer Allee 18
D-47533 Kleve

Kreis Mettmann
Amt für Verbraucherschutz
Düsseldorfer Straße 26
D-40822 Mettmann

Kreis Neuss
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Lindenstraße 2—16
D-41515 Grevenbroich

Kreis Viersen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Rathausmarkt 3
D-41747 Viersen

Kreis Wesel
Fachbereich Veterinär- und Lebensmittelwesen
Jülicher Straße 4
D-46483 Wesel

Regierungsbezirk Köln

Stadt Aachen
Ordnungsamt/Lebensmittelüberwachungsamt
Bahnhofplatz
D-52064 Aachen

Stadt Bonn
Ordnungs- und Straßenverkehrsamt/
/Lebensmittelüberwachungsamt
Berliner Platz 2
D-53115 Bonn

Stadt Köln
Umwelt- und Verbraucherschutzamt
Willy-Brandt-Platz 2
D-50823 Köln

Stadt Leverkusen
Fachbereich Recht und Ordnung (Lebensmittelüberwachung)
Miselohestraße 4
D-51379 Leverkusen

Kreis Aachen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Carlo-Schmid-Straße 4
D-52146 Würselen

Kreis Düren
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Bismarckstraße 16
D-52351 Düren

Erftkreis
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Willy-Brandt-Platz 1
D-50126 Bergheim

Kreis Euskirchen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Am Schwalbenberg 3—5
D-53879 Euskirchen

Kreis Heinsberg
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Valkenburger Straße 45
D-52525 Heinsberg

Oberbergischer Kreis
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Moltkestraße 42
D-51643 Gummersbach

Rheinisch-Bergischer Kreis
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Refrather Weg 30—36
D-51469 Bergisch Gladbach

Rhein-Sieg-Kreis
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Kaiser-Wilhelm-Platz 1
D-53721 Siegburg

Regierungsbezirk Münster

Stadt Bottrop
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Kirchhellener Ring 84—86
D-46244 Bottrop

Stadt Gelsenkirchen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Am Schlachthof 4
D-45883 Gelsenkirchen

Stadt Münster
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Schelmenstiege 1—3
D-48161 Münster

Kreis Borken
Fachbereich Tiere und Lebensmittel
Burloer Straße 93
D-46325 Borken

Kreis Coesfeld
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Friedrich-Ebert-Straße 7
D-48653 Coesfeld

Kreis Recklinghausen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Kurt-Schumacher-Allee 1
D-45657 Recklinghausen

Kreis Steinfurt
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Tecklenburger Straße 10
D-48565 Steinfurt

Kreis Warendorf
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Waldenburger Straße 2
D-48231 Warendorf

11. Land Rheinland-Pfalz

Landesuntersuchungsamt Rheinland-Pfalz
Postfach 30 05 55
D-56028 Koblenz

Landratsamt des Kreises Hildburghausen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Wiesenstraße 18
D-98646 Hildburghausen

12. Land Saarland

Ministerium für Frauen, Arbeit, Gesundheit und Soziales
Franz-Josef-Röder-Straße 23
D-66119 Saarbrücken

Landratsamt des Eichsfeldkreises
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Steinweg 2
D-37327 Leinefelde

13. Freistaat Sachsen

Sächsisches Staatsministerium für Soziales
Albertstraße 10
D-01097 Dresden

Landratsamt des Landkreises Schmalkalden-Meinungen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Bahnhofstraße 46
D-98574 Schmalkalden

14. Land Sachsen-Anhalt

Regierungspräsidium Halle
Willy-Lohmann-Straße 7
D-06114 Halle an der Saale

Landratsamt des Unstrut-Hainich-Kreises
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Brunnenstraße 97
D-99974 Mühlhausen

Landratsamt des Landkreises Nordhausen
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Behringstraße 3
D-99734 Nordhausen

15. Land Schleswig-Holstein

Ministerium für Soziales, Gesundheit und Verbraucherschutz
des Landes Schleswig-Holstein
Adolf-Westphal-Straße 4
D-23143 Kiel

Landratsamt des Kreises Saalfeld-Rudolstadt
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Schwarzburger Chaussee 12
D-07407 Rudolstadt

Landratsamt des Saale-Orla-Kreises
Fachdienst Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Talstraße 2
D-07907 Schleiz

16. Freistaat Thüringen

Landratsamt des Landkreises Altenburger Land
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Zeitzer Straße 76a
D-04600 Altenburg

Landratsamt des Kyffhäuserkreises
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Edmund-König-Straße 7
D-99706 Sondershausen

Landratsamt des Ilmkreises
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Kauffbergstraße 11
D-99310 Arnstadt

Landratsamt des Kreises Sonneberg
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Schießhausstraße 43
D-96515 Sonneberg

Landratsamt des Wartburgkreises
Fachdienst Veterinärwesen und Lebensmittelüberwachung
Frauenberg 17
D-99817 Eisenach

Landratsamt des Kreises Sömmerda
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Wielandstraße 4
D-99610 Sömmerda

Landratsamt des Kreises Gotha
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Mauerstraße 20
D-99867 Gotha

Landratsamt des Saale-Holzland-Kreises
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Kirchweg 18
D-07646 Stadtroda

Landratsamt des Kreises Greiz
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Dr.-Rathenau-Platz 11
D-07973 Greiz
Hausadresse:
Goethestraße 17
D-07937 Zeulenroda

Landratsamt des Kreises Weimarer Land
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Rathenauplatz 7
D-99423 Weimar

Stadtverwaltung Erfurt
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Bahnhofstraße 9
D-99084 Erfurt

Stadtverwaltung Gera
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Lusaner Straße 20
D-07549 Gera

Stadtverwaltung Jena
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Saalbahnhofstraße 27
D-07743 Jena

Stadtverwaltung Suhl
Gesundheitsamt — Veterinärwesen und
Lebensmittelüberwachung
Friedrich-König-Straße 64
D-98527 Suhl

Stadtverwaltung Weimar
Veterinär- und Lebensmittelüberwachungsamt
Friedensstraße 2
D-99423 Weimar

GREECE

Organisme national du médicament (EOF)

Direction de l'évaluation

Service de l'évaluation de cosmétiques

Meosogion 284

Case 15562 Chologos

Contact:

M^{me} Eleni Mitropoulou

Tél. (30-2) 106 50 73 84

Fax (30-2) 106 71 46 13

IRELAND

Department of Health and Children

Hawkins House

IRL-Dublin 2

Tél. (353-1) 635 43 90/635 43 96

Fax (353-1) 671 45 52

ITALY

Ministero della Salute

Direzione Generale della Valutazione dei Medicinali e della Farmacovigilanza

Ufficio IX cosmetici

Viale della Civiltà Romana n. 7

I-00144 Roma

LUXEMBOURG

Ministère de la Santé

L-2935 Luxembourg

NETHERLANDS

Directie Toezicht

Hoofdinspectie Productveiligheid

Voedsel en Waren Autoriteit

Postbus 19506

2500 CM Den Haag

Netherlands

PORTUGAL

Infarmed

Parque da Saúde de Lisboa

Avenida do Brasil, n.º 53

P-1749-004 Lisboa

SPAIN

Agencia española de Medicamentos y Productos Sanitarios

Paseo del Prado 18-20

E-28014 Madrid

Contact:

Concepción Gráu Olvé

Pº del Prado, 18-20

E-28014 Madrid

Tel. (34) 915 96 43 47

Fax (34) 915 96 44 00

E-mail: cgrau@agamed.es

M^a Luisa Abad Cabrera

Pº del Prado, 18-20

E-28014 Madrid

Tel. (34) 915 96 43 72

Fax (34) 915 96 44 00

E-mail: mabad@agamed.es

M^a Luisa Betés Hernández

Pº del Prado, 18-20

E-28014 Madrid

Tel. (34) 915 96 43 42

Fax (34) 915 96 44 00

E-mail: lbetes@agamed.es

SWEDEN

Läkemedelsverket

(Medical Products Agency)

PO Box 26

S-751 03 Uppsala

Contact:

Monica Tammela

Tfn (46) 18 17 46 00

Fax (46) 18 54 85 66

E-mail: monica.tammela@mpa.se

UNITED KINGDOM

Department of Trade and Industry

1 Victoria Street

United Kingdom

London SW1H 0ET

Contact:

Christine Hennessy

Tel. (44-2072) 15 03 60

Fax (44-2072) 15 03 57

E-mail: christine.hennessy@dti.go

AUTORIDADES NACIONAIS COMPETENTES EM MATÉRIA DE PRODUTOS COSMÉTICOS

(2004/C 87/10)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 7.º e com o n.º 5 do artigo 7.º-A da Directiva 76/768/CEE do Conselho, de 27 de Julho de 1976, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos produtos cosméticos, alterada pela sétima vez pela Directiva 2003/15/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a lista das autoridades nacionais competentes referidas no n.º 3 do artigo 7.º e nos n.ºs 1 e 4 do artigo 7.º-A da referida directiva, é a seguinte:

Article 7(3)**BELGIUM****Centre national de prévention et de traitement des intoxications**

Hôpital central de la base Reine Astrid
Rue Bruyn, 1
B-1120 Neder-over-Hembeek
Tél. (32-2) 264 96 36
Fax (32-2) 264 96 46

DENMARK**Produktregistret (Arbejdstilsynet)**

Landskronagade 33-35
DK-2100 København Ø
Tlf. (45) 39 15 20 00
Fax (45) 39 15 25 60

FRANCE**Centre antipoison de Paris**

Hôpital Fernand Widal
200 rue de Faubourg Saint-Denis
F-75475 Paris Cedex 10
Tél. (33-1) 40 05 48 48
Fax (33-1) 40 05 41 93

Centre antipoison de Lyon

Hôpital Edouard-Herriot
5 place d'Arsonval
F-69437 Lyon Cedex 3
Tél. (33-4) 72 11 69 11
Fax (33-4) 72 11 69 85

Centre antipoison de Marseille

Hôpital Salvator
249 boulevard Sainte-Marguerite
F-13274 Marseille Cedex 9
Tél. (33-4) 91 75 25 25
Fax (33-4) 91 74 41 68

GERMANY**Bundesamt für Verbraucherschutz und Lebensmittelsicherheit**

Rochusstraße 65
D-53123 Bonn
Tel. (49-228) 619 80
Fax (49-228) 619 81 20
E-mail: poststelle@bvl.bund.de

GREECE**Poison Information Center**

Children Hospital «P & A Kyriakou»
Thivon & Levadias, Goudi
EL-11527 Athens
Tel. (30-2) 107 79 37 77
Fax (30-2) 107 48 61 14

IRELAND**Department of Health and Children**

Hawkins House
IRL-Dublin 2
Tel. (353-1) 635 43 90/635 43 96
Fax (353-1) 671 45 52

PORTUGAL**Centro de Informação Antivenenos do Instituto Nacional de Emergência Médica (CIAV)**

Rua Almirante Barroso, 36
P-1000-013 Lisboa

SPAIN**Ministerio de Sanidad y Consumo**

Dirección General de Farmacia y Productos Sanitarios

Paseo del Prado 18-20

E-28014 Madrid

Contact:

Concepción Gráu Olivé

Tel. (34) 915 96 13 47

Fax (34) 915 96 44 00

E-mail: cgrau@agemed.es

Mª Luisa Abad Cabrera

Tel. (34) 915 96 43 72

Fax (34) 915 96 44 00

E-mail: mabad@agemed.es

SWEDEN**Giftinformationscentralen**

(Swedish Poison Information Centre)

S-751 76 Stockholm

UNITED KINGDOM**Laboratory of the Government Chemist (LGC)**Contact:

Mr Stephan Carter
Consumer Safety
LGC

Queens Road
Teddington
Middlesex TW11 0LY
United Kingdom
Tel. (44-208) 943 74 14
Fax (44-208) 943 10 50
E-mail: svc@lgc.co.uk

Article 7a(1)**AUSTRIA****Bundesministerium für Gesundheit und Frauen (BMGF)**

Sektion IV

Radetzkystraße 2

A-1031 Wien

Tel. (43-1) 17 11 00 extension 46 17 oder 47 41

Fax (43-1) 713 79 52 bzw. 71 10 00/42 01

E-mail: alexander.zilberszac@bmgf.gv.at

amire.mahmood@bmgf.gv.at

F-93285 Saint-Denis Cedex

Tél. (33-1) 55 87 42 59

Fax (33-1) 55 87 42 60

635 rue de la Garenne

F-34740 Vendargues

Tél. (33-4) 67 91 39 00

Fax (33-4) 67 87 38 44

Direction de l'inspection et des établissements

143-147 boulevard Anatole France

F-93285 Saint-Denis Cedex

Tél. (33-1) 55 87 39 81

Fax (33-1) 55 87 39 72

BELGIUM**Service Public Fédéral Santé Publique — Sécurité de la Chaîne Alimentaire et Environnement**Direction Générale Animaux, Végétaux et Alimentation

Division Denrées Alimentaires et autres Produits de Consommation

Quartier Arcades — 4^{ème} étage

Boulevard Pachéco, 19 bte 5

B-1010 Bruxelles

Tél. (32-2) 210 48 69 (ou 52 39)

Fax (32-2) 210 48 16

E-mail: ewida@health.fgov

Direction générale de la concurrence, de la consommation et de la répression des fraudes (DGCCRF), bureau de la sécurité

Télédoc 051

59 boulevard Vincent Auriol

F-75703 Paris Cedex 13

Tél. (33-1) 44 97 32 06

Fax (33-1) 44 97 30 43

E-mail: c2@dgccrf.finances.gouv.fr

DENMARK**Miljøstyrelsen**

Strandgade 29

DK-1401 København K

Tlf. (45) 32 66 01 00

Fax (45) 32 66 04 79

GERMANY**Bundesamt für Verbraucherschutz und Lebensmittelsicherheit**

Rochusstraße 65

D-53123 Bonn

Tel. (49-228) 619 80

Fax (49-228) 619 81 20

E-mail: poststelle@bvl.bund.de

FINLAND**Kuluttajavirasto**

Haapaniemenkatu 4

PL 5

FI-00531 Helsinki

Puhelin (358-9) 772 61

Faksi (358-9) 772 6/755

GREECE**National Organization for Medicines (EOF)**

284, Messogion Avenue

GR-15562 Holargos-Athens

Tel. (30-2) 106 50 72 00

Fax (30-2) 106 71 46 13

E-mail: mitrop@eof.gr

(Direction of evaluations: Mrs Giotaki)

(Direction of cosmetics: Mrs Mitropoulou)

FRANCE**Agence française de sécurité sanitaire des produits de santé (AFSSAPS)**Direction des laboratoires et des contrôles

143-147 boulevard Anatole France

IRELAND**Department of Health and Children**

Hawkins House
IRL-Dublin 2
Tel. (353-1) 635 43 90/635 43 96
Fax (353-1) 671 45 52

ITALY**Ministero della Salute**

Direzione Generale della valutazione dei Medicinali e della
farmacovigilanza

Ufficio IX — prodotti cosmetici
I-00144 Roma EUR
Tel. (39-6) 59 94 37 22
Fax (39-6) 59 94 32 85

LUXEMBOURG**Ministère de la Santé**

Villa Louvigny
Allée Marconi
L-2120 Luxembourg
Tél. (35-2) 478 55 92 ou 90
Fax (35-2) 26 20 01 47

NETHERLANDS

Dr. Ir. Peter C. Bragt, Eur.Reg.Tox
Inspecteur Directie Keuringsdienst van Waren
Voedsel en Waren Autoriteit
Ministerie van Volksgezondheid, Welzijn en Sport
Postbus 16108
2500 BC Den Haag
Netherlands
Tel. (31-70) 340 59 07
Fax (31-70) 340 54 35
E-mail: peter.bragt@kvw.nl

PORTUGAL**Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento
(Infarmed)**

Avenida Do Brasil 53
P-1700 Lisboa

SPAIN**Ministerio de Sanidad y Consumo**

Dirección General de Farmacia y Productos Sanitarios

Paseo del Prado 18-20
E-28014 Madrid

Contact:

Concepción Gráu Olivé
Tel. (34) 915 96 13 47
Fax (34) 915 96 44 00
E-mail: cgrau@agemed.es

M^a Luisa Abad Cabrera
Tel. (34) 915 96 43 72
Fax (34) 915 96 44 00
E-mail: mabad@agemed.es

SWEDEN**Läkemedelsverket**

(Medical Products Agency)
Box 26
Husargatan 8
S-751 03 Uppsala
Tfn (46) 18 17 46 00
Fax: (46) 18 54 85 66
E-mail: registrator@mpa.se

UNITED KINGDOM**Local authorities Coordinators of Regulatory Services**Contact:

Alison Edwards
LACORS
10 Albert Embankment
London SE1 7SP
United Kingdom
Tel. (44-207) 840 72 11
Fax (44-207) 735 99 77
E-mail: alison.edwards@lacors.org.uk

Article 7a(4)**AUSTRIA****Landeshauptmann von Wien**

Rathaus
Lichtenfelsgasse 2
A-1082 Wien
Contact:
Magistratsabteilung 59
Am Modenaplatz 1—3
A-1030 Wien
Tel. (43-1) 71 11 68 79 21
Fax (43-1) 71 11 68 79 19

Landeshauptmann von Niederösterreich

Landhausplatz 1
A-3109 St. Pölten
Contact:
Amt der Niederösterreichischen Landesregierung
Landhausplatz 1
A-3109 St. Pölten
Tel. (43-274) 22 00 29 05
Fax (43-274) 22 00 28 75

Landeshauptmann von Oberösterreich

Klosterstraße 7

A-4020 Linz

Contact:

Amt der Oberösterreichischen Landesregierung

Harrachstraße 20

A-4010 Linz

Tel. (43-732) 77 20 42 73

Fax (43-732) 77 20 42 59

Landeshauptmann von Salzburg

Chiemseehof

A-5010 Salzburg

Contact:

Amt der Salzburger Landesregierung

Referat 9/03

Nonntaler Hauptstraße 55

Postfach 527

A-5010 Salzburg

Tel. (43-662) 80 42 27 05

Fax (43-662) 80 42 32 66

Landeshauptmann von der Steiermark

Landhaus

A-8011 Graz

Contact:

Amt der Steiermärkischen Landesregierung

Paulustorgasse 4

A-8010 Graz

Tel. (43-316) 877 35 28

Fax (43-316) 877 55 89

Landeshauptmann von Tirol

Landhaus

A-6020 Innsbruck

Contact:

Amt der Tiroler Landesregierung

Abteilung V/c

Eduard-Wallnöfer-Platz 3

A-6010 Innsbruck

Tel. (43-512) 508 26 69

Fax (43-512) 508 26 65

Landeshauptmann von Kärnten

Arnulfplatz 1

A-9021 Klagenfurt

Contact:

Amt der Kärntner Landesregierung

Abteilung 12

Hasnerstraße 8

A-9020 Klagenfurt

Tel. (43-463) 551 94 41

Fax (43-463) 551 94 20

Landeshauptmann von Vorarlberg

Landhaus/Neu

A-6900 Bregenz

Contact:

Amt der Vorarlberger Landesregierung

Abteilung IV/b

Landhaus/Neu

A-6900 Bregenz

Tel. (43-557) 45 11 24 30

Fax (43-557) 45 11 24 04

Landeshauptmann von Burgenland

Landhaus/Neu

A-7000 Eisenstadt

Contact:

Amt der Burgenländischen Landesregierung

Abteilung X

Landhaus/Neu

A-7000 Eisenstadt

Tel. (43-268) 26 00 26 82

Fax (43-268) 26 00 25 33

BELGIUM**Service Public Fédéral Santé Publique — Sécurité de la Chaîne Alimentaire et Environnement**Direction Générale Animaux, Végétaux et Alimentation

Division Denrées Alimentaires et autres Produits de Consommation

Quartier Arcades — 4^{ème} étage

Boulevard Pachéco, 19 bte 5

B-1010 Bruxelles

Tél. (32-2) 210 48 69 (ou 52 39)

Fax (32-2) 210 48 16

E-mail: ewida@health.fgov.be

FINLAND**Kuluttajavirasto**

Haapaniemenkatu 4

PL 5

FI-00531 Helsinki

Puhelin (358-9) 772 61

Faksi (358-9) 772 6/755

FRANCE**Agence française de sécurité sanitaire des produits de santé**Direction de l'inspection et des établissements

143-147 boulevard Anatole France

F-93285 Saint-Denis Cedex

Tél. (33-1) 55 87 39 55

Fax (33-1) 55 87 39

GERMANY**Bundesamt für Verbraucherschutz und Lebensmittelsicherheit**

Rochusstraße 65

D-53123 Bonn

Tel. (49-228) 61 98-0

Fax (49-228) 619 81 20

E-mail: poststelle@bvl.bund.de

GREECE**National Organization for Medicines (EOF)**

284, Messogion Avenue
GR-15562 Holargos-Athens
Tel. (30-2) 106 50 72 00
Fax: (30-2) 106 71 46 13
E-mail: mitrop@eof.gr
(Direction of evaluations: Mrs Giotaki)
(Direction of cosmetics: Mrs Mitropoulou)

IRELAND**Department of Health and Children**

Hawkins House
IRL-Dublin 2
Tel. (353-1) 635 43 90/635 43 96
Fax (353-1) 671 45 52

ITALY**Direzione Generale della valutazione dei Medicinali e della farmacovigilanza**

Ufficio IX — prodotti cosmetici
I-00144 Roma EUR
Tel. (39-6) 59 94 37 22
Fax (39-6) 59 94 32 85

LUXEMBOURG**Ministère de la Santé**

Villa Louvigny
Allée Marconi
L-2120 Luxembourg
Tél. (35-2) 478 55 92 ou 90
Fax (35-2) 26 20 01 47

NETHERLANDS

Dr. Ir. Peter C. Bragt, Eur.Reg.Tox
Inspecteur Directie Keuringsdienst van Waren
Voedsel en Waren Autoriteit
Ministerie van Volksgezondheid, Welzijn en Sport
Postbus 16108
2500 BC Den Haag
Netherlands
Tel. (31-70) 340 59 07
Fax (31-70) 340 54 35
E-mail: peter.bragt@kvw.nl

PORTUGAL**Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (Infarmed)**

Avenida Do Brasil 53
P-1700 Lisboa

SPAIN**Ministerio de Sanidad y Consumo****Dirección General de Farmacia y Productos Sanitarios**

Paseo del Prado 18-20

E-28014 Madrid

Contact:

Concepción Gráu Olivé

Tel. (34) 915 96 13 47

Fax (34) 915 96 44 00

E-mail: cgrau@agemed.es

M^a Luisa Abad Cabrera

Tel. (34) 915 96 43 72

Fax (34) 915 96 44 00

E-mail: mabad@agemed.es

SWEDEN**Läkemedelsverket**

(Medical Products Agency)

Box 26

Husargatan 8

S-751 03 Uppsala

Tfn (46) 18 17 46 00

Fax: (46) 18 54 85 66

E-mail: registrator@mpa.se

UNITED KINGDOM**Secretary of State for Trade and Industry**

1 Victoria Street

London SW1H 0ET

United Kingdom

Contact:

David Southerland/Christine Hennessy

CCP6 (c)

DTI

Room 423

Tel. (44-207) 215 03 71 (Mr Southerland)

(44-207) 215 03 60 (Mrs Hennessy)

Fax (44-207) 215 03 57

E-mail: david.southerland@dti.gsi.gov.uk

christine.hennessy@dti.gsi.gov.uk

BANCO CENTRAL EUROPEU

PARECER DO CONSELHO DO BANCO CENTRAL EUROPEU

de 1 de Abril de 2004

sobre uma recomendação do Conselho da União Europeia relativa à nomeação de um membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu

(CON/2004/11)

(2004/C 87/11)

1. Por carta de 30 de Março de 2004, o Conselho da União Europeia solicitou o parecer do Conselho do Banco Central Europeu (BCE) sobre a Recomendação 2004/296/CE do Conselho, de 30 de Março de 2004, relativa à nomeação de um membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu ⁽¹⁾.
2. A referida recomendação que, após consulta ao Conselho do BCE e ao Parlamento Europeu, será submetida para decisão aos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros que adoptaram o euro, recomenda a nomeação de José Manuel González-Páramo como membro da Comissão Executiva do BCE por um mandato de oito anos, com início em 1 de Junho de 2004.
3. O Conselho do BCE considera que o candidato proposto é pessoa de reconhecida competência e com experiência profissional nos domínios monetário ou bancário, conforme o previsto no artigo 112.º, n.º 2, alínea b) do Tratado que institui a Comunidade Europeia.
4. O Conselho do BCE não coloca objecções à recomendação do Conselho para a nomeação do candidato proposto como membro da Comissão Executiva do BCE.
5. O Conselho do BCE adoptou o presente parecer nos termos do artigo 112.º, n.º 2, alínea b) do Tratado, e dos artigos 11.º-2 e 43.º-3 dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu.

Feito em Frankfurt am Main, em 1 de Abril de 2004.

Pelo Conselho do BCE

O Presidente do BCE

Jean-Claude TRICHET

⁽¹⁾ JO L 97 de 1.4.2004, p. 65.

III

(Informações)

COMISSÃO

ANÚNCIO DE CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

EuropeAid/119372/C/G/IR

Promoção da democracia e dos direitos humanos no Irão

(2004/C 87/12)

A Comissão das Comunidades Europeias lança um convite à apresentação de propostas para apoiar projectos a executar no Irão e na União Europeia, com a assistência financeira da rubrica «**Promoção da democracia e direitos humanos no Irão**» do Orçamento da Comunidade Europeia.

Promoção da ratificação e da aplicação efectiva no Irão dos instrumentos das Nações Unidas respeitantes aos direitos humanos.

O Guia do Candidato pode ser consultado directamente no Serviço de Cooperação EuropeAid, Unidade 6, rue Joseph II, 54, escritório J54 1/140, B-1040 Bruxelas e no seguinte endereço internet:

<http://europa.eu.int/comm/europeaid/cgi/frame12.pl>

O prazo-limite para a apresentação das propostas é **6 de Julho de 2004, às 16.00 horas, hora de Bruxelas.**
